Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@sprc.pt
www.sprc.pt
Ficha Técnica
Região Centro Informação
Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Director – Mário Nogueira
Chefe de Redacção – Luís Lobo
Conselho de Redacção:
Francisco Almeida, Marta Ferreira, José Pinto, Nelson Delgado, Paulo Santos, Vitor Januário, Cruz Marques
Grafismo e Ilustração – Tiago Madeira
Composição e Paginação – SPRC
Periodicidade – Mensal
Tiragem – 12.750 exemplares
Impressão, Embalagem e Expedição – AP Direct Mail, Lda - Centro Operador de Marketing
Redacção e Administração – Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias – Arquivo SPRC
Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

DIRECÇÕES DISTRITAIS

Aveiro
Rua de Angola, 42 - B
Urbanização Forca Vouga • 3800-008 Aveiro
Telef.: 234 420 775 • FAX: 234 424 165
E-Mail: aveiro@sprc.pt

Castelo Branco
R. João Alves da Silva, 3 – 1.º Dt.º
6200-118 Covilhã
Telef.: 275 322 387 • FAX: 275 313 018
E-Mail: covilha@sprc.pt

Coimbra
Praça da República, 28 – 1.º
Apartado 1020
3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660 • FAX: 239 851 668
E-Mail: coimbra@sprc.pt

Guarda
Rua Vasco da Gama, 12 – 2.º
6300-772 Guarda
Telef.: 271 213 801 • FAX: 271 223 041
E-Mail: guarda@sprc.pt

Leiria
R. dos Mártires, 26 – r/c Drtº
Apartado 1074
2400-186 Leiria
Telef.: 244 815 702 • FAX: 244 812 126
E-Mail: leiria@sprc.pt

Viseu
Av Alberto Sampaio, nº 84
Apartado 2214
3510-030 Viseu
Telef.: 232 420 320 • FAX: 232 420 329
E-Mail: viseu@sprc.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco
R. Pedro Fonseca, 10 – L
6000-257 Castelo Branco
Telef.: 272 343 224 • FAX: 272 322 077
E-mail: castelo branco@sprc.pt

Figueira da Foz
R. Calouste Gulbenkian, 62 - r/c Esq.º
3080-084 Figueira da Foz
Telef.: 233 424 005
E-mail: figueiradafoz@sprc.pt

Douro Sul
Av. 5 de Outubro, 75 – 1.º
Apartado 42
5100-065 Lamego
Telef.: 254 613 197 • FAX: 254 619 560
E-mail: lamego@sprc.pt

Seia
Lg. Marques da Silva
Edifício Camelo, 2.º Esquerdo
6270-490 Seia
Telef.: 238 315 498 • FAX: 238 315 498
E-mail: seia@sprc.pt

2013 – Um ano das nossas vidas em que temos de nos reforçar

Com este número do RCI são disponibilizados diversos documentos muito importantes para a intervenção sindical. Armas feitas de verbo, mas que sustentam ideologicamente a razão da nossa existência. Chamamos particular importância para as sínteses de algumas intervenções realizadas no âmbito do Encontro Nacional realizado em Aveiro, pela CGTP-IN sobre a Escola Pública, instrumento fundamental da intervenção do Estado na garantia de Educação, Ensino e Formação de qualidade, com equidade, garante da igualdade de oportunidades e sem exclusão de cidadãos em função da raça, credo religioso, origem social, deficiência ou condições económicas.

Particular relevância têm também os documentos que constituirão a base da discussão que deverá realizar-se com a próxima Assembleia Geral de Sócios, em 20 de Março. A anteceder o Congresso da FENPROF, a reunião magna do SPRC fará a avaliação da nossa actividade em 2012 e estabelecerá os objectivos para a intervenção do SPRC durante este ano lectivo. A participação dos sócios neste debate, no plano político, mas também no plano financeiro do Sindicato assume-se como imprescindível.

Este é o primeiro número do RCI deste ano, num quadro em que importa, também, reestruturar o serviço de informação aos sócios. Hoje, cada sócio tem, no seu site, acesso a uma área reservada e à informação sobre um conjunto enorme de benefícios. Sugere-se a sua melhoria e a sua constante adaptação a um público cada vez mais familiarizado com as novas tecnologias. Os contributos dos sócios neste debate são, pois, fundamentais, quando queremos, precisamente, fazer com que cada sócio tenha uma informação mais permanente e de forma a que tenha acesso aos conteúdos que mais lhe interessam. ■

Contamos contigo! | **A Redacção**

SUMÁRIO RCI.FEVEREIRO.2013

13. SECTORES
Rede Pública de Educação Pré-Escolar
38 anos cumpridos no dia 1 de Fevereiro
Margarida Fonseca

14. SECTORES
Educação Especial
Declaração de Salamanca implica revisão do quadro legal
Lurdes Santos

15. ACTUALIDADE
Subversões
Vitor Januário

16. SECTORES
Investir na Educação e Formação de Adultos
Anabela Sotaia

17. APOIO A SÓCIOS
Qual a poupança fiscal que poderás obter no IRS com a quota que pagas para o Sindicato?

32. 11.º CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES
Regulamento Regional do SPRC e calendário das reuniões de preparação do Congresso e de eleição de delegados

ÚLTIMA. CONVOCATÓRIA
Convocatória da Assembleia Geral de Sócios do SPRC.
Ordem de trabalhos

RCI: em papel ou por mail?

Alguns sócios têm sugerido o não envio da revista em papel e a sua substituição através do envio por correio electrónico. Ora, esta não é, contudo, uma tendência generalizada. Por isso, a Direcção do SPRC decidiu proceder a uma consulta aos sócios. Sugere-se que os sócios do SPRC interessados em receber o RCI na sua caixa de correio electrónico o comuniquem para: **sprc@sprc.pt**, indicando, no assunto, **"RCI por e-mail"** e no corpo do texto da mensagem: **Nome completo, número de sócio, endereço de correio electrónico.** ■

Legislação

Alunos

Despacho Normativo nº 24-A/2012 de 6 de Dezembro – Regulamentação da avaliação do ensino básico
Despacho nº 15971/2012 de 14 de Dezembro – Define o calendário da implementação das metas curriculares
Deliberação (extracto) nº 118/2013 de 16 de Janeiro – Situações de isenção e de redução de propinas na Universidade de Coimbra
Lei nº 12/2013 de 29 de Janeiro - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de Agosto, que procede à primeira alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, aprovado em anexo à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto
Despacho nº 1789/2013 de 30 de Janeiro – Alterações ao Regulamento de Propinas do Instituto Politécnico de Coimbra, publicado, em anexo ao despacho n.º 10767/2012, no Diário da República, 2.ª série, n.º 153, de 8 de Agosto de 2012
Despacho nº 2007-B/2013 de 1 de Fevereiro – Provas de exame final nacional das disciplinas de Alemão (código 801) e de Espanhol (código 847)
Despacho nº 2162-A/2013 de 5 de Fevereiro – Estabelece o calendário dos exames nacionais para o ano de 2013

Associativismo

Portaria nº 10/2013 de 11 de Janeiro – Quinta alteração à Portaria n.º 1230/2006, de 15 de novembro que cria os programas de apoio financeiro ao associativismo jovem (PAJ, PAI e PAE) e aprova o respectivo Regulamento

Concursos

Despacho nº 866/2013 de 16 de Janeiro – Visa aclarar os princípios e critérios que devem estar presentes na graduação dos candidatos da educação especial
Decreto-Lei nº 7/2013 de 17 de Janeiro – Estabelece um regime excepcional para a selecção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência
Portaria nº 22-A/2013 de 24 de Janeiro – Fixa o número de vagas atribuído a cada um dos quadros de zona pedagógica, a preencher no concurso externo extraordinário regulado pelo Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de Janeiro
Rectificação nº6/2013 de 30 de Janeiro – Rectifica o Decreto-Lei n.º 7/2013, de 17 de Janeiro, do Ministério da Educação e Ciência, que estabelece um regime excepcional para a selecção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência, publicado no Diário da República, n.º 12, 1.ª série, de 17 de Janeiro de 2013
Circular nº B12029396X de 16 de Outubro – Aplicação dos critérios objectivos de selecção no concurso de contratação de escola, para candidatos a grupos de recrutamento.
Decreto-Lei nº 234/2012 de 30 de Outubro – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, que estabelece o regime do ensino português no estrangeiro

Contagem de tempo de serviço

Despacho nº 13981/2012 de 26 de Outubro – Estabelece os parâmetros nacionais para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica a realizar no âmbito da avaliação do desempenho docente
Despacho Normativo nº 24/2012 de 26 de Outubro – Regulamenta o processo de constituição e funcionamento da bolsa de avaliadores externos, com vista à avaliação externa da dimensão científica e pedagógica
Portaria nº 15/2013 de 15 de Janeiro – Define regimes de excepção no sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente consagrado no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, e revoga a Portaria n.º 926/2010, de 20 de Setembro

Diversos

Portaria nº 429/2012 de 31 de Dezembro – Estabelece o Factor de Sustentabilidade a aplicar às pensões iniciadas em 2013
Portaria nº 3-B/2013 de 4 de Janeiro – Segunda alteração à Portaria n.º 92/2011, de 28 de Fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais
Portaria nº 17/2013 de 18 de Janeiro – Fixa o número máximo de estagiários a seleccionar anualmente e estabelece os prazos de candidaturas para o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC)
Portaria nº 18/2013 de 18 de Janeiro – Regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC)
Decreto-Lei nº 13/2013 de 25 de Janeiro – Altera os regimes jurídicos de protecção social no desemprego, morte, dependência, rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos e complemento por cônjuge a cargo, do sistema de segurança social
Declaração de Rectificação nº 5-A/2013 de 25 de Janeiro – Rectifica a Portaria 18/2013, de 18 de Janeiro, dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social, que regulamenta o Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC), publicada no Diário da República, n.º 13, 1.ª série, de 18 de Janeiro de 2013

Educação

Despacho Normativo nº 20/2012 de 3 de Outubro – Normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração, bem como as regras de elaboração dos contratos-programa ou de autonomia – TEIP 3
Despacho nº 95-A/2013 de 3 de Janeiro – Procedimento excepcional adaptado de avaliação e certificação dos manuais escolares já adoptados e em utilização e actualização do calendário de adopção de manuais escolares para o ano lectivo de 2013/2014
Recomendação nº 1/2013 de 28 de Janeiro – Recomendação sobre Educação Artística

Educação Pré-Escolar

Portaria nº 411/2012 de 14 de Dezembro – 1ª alteração à Portaria nº262/2011 de 31 de Agosto que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches

Ensino Superior

Despacho nº 14320/2012 de 5 de Novembro – Avaliação de desempenho do pessoal docente do Instituto Politécnico de Coimbra
Decreto-Lei nº 251/2012 de 23 de Novembro – Estabelece um período transitório de adaptação do respectivo corpo docente ao disposto na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, para as situações em que instituições de natureza universitária pretendam assumir natureza politécnica
Regulamento nº 20/2013 de 16 de Janeiro – Regulamento do Orientador Cooperante da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, de Leiria
Regulamento nº 40/2013 de 25 de Janeiro – Regulamento do Financiamento Competitivo de Programas de Doutoramento FCT

Formação

Despacho nº 867/2013 de 16 de Janeiro – Formação profissional oferecida pela Universidade Católica aos docentes em 2012/2013 do ensino profissional
Despacho nº 1035/2013 de 18 de Janeiro – Alteração ao Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção n.º 1.2 "Cursos Profissionais", do Eixo 1 "Qualificação Inicial" do POPH, aprovado pelo Despacho n.º 18224/2008, de 8 de Julho

Vencimentos

Nota Informativa DGAE de 30 de Novembro – Índices Remuneratórios – Professores Contratados
Despacho nº 66-B/2013 de 2 de Janeiro – Determina os valores máximos dos apoios a conceder às instituições particulares de solidariedade social, equiparadas, ou outras entidades de fins idênticos e de reconhecido interesse público
Ofício Circular nº 3/DGPGF de 8 de janeiro – Processamento de Remunerações em 2013-Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2013
Despacho nº 796-B/2013 de 14 de Janeiro – Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte para o ano de 2013
Despacho nº 1371-A/2013 de 22 de Janeiro – Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2013 na Região Autónoma dos Açores
Despacho nº 1/2013/M de 23 de Janeiro – Aprova as tabelas de retenção de IRS na fonte para vigorarem durante o ano de 2013 na Região Autónoma da Madeira
Lei nº 11/2013 de 28 de Janeiro – Estabelece um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013
Nota Informativa nº 3/ DGPGF/2013 de 31 de Janeiro – Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES)- Dedução da CES nos Valores das Pensões
Nota Informativa nº 4/ DGPGF/2013 de 31 de Janeiro – Faltas por Doença – Aplicação do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31/03 - Faltas por Doença iniciadas no ano de 2013

Nota:
Toda a informação relativa a legislação publicada com interesse sócio-profissional pode ser consultada em **www.sprc.pt**, no menu "Legislação". Esta encontra-se em "Legislação por temas" sendo, por isso, de busca muito fácil. Os sócios do SPRC, recorrendo à **"área reservada"** do site, poderão consultar a legislação mais recente.

Contratação de docentes convidados, a título gratuito, para funções docentes

Perante o conhecimento de uma proposta de "Normas de contratação de docentes convidados na FCTUC", a qual está em aberto para discussão, o GTJ SPRC emitiu a seguinte opinião.

Nessa proposta da FCTUC define-se, entre outras, a seguinte "tipologia" de contratos:

"(..)

D) contratos visando a inserção de investigadores e bolseiros na componente pedagógica da vida académica, promovendo a sua valorização curricular.

(...)

4) Na tipologia D os contratos serão efectuados a 0%, apenas podendo ser recrutados como docentes convidados os investigadores, bolseiros pós-doc e alunos de doutoramento da FCTUC (incluindo os afectos a unidades de I&D integradas), salvaguardadas eventuais incompatibilidades que possam deter no que respeite a contratos de bolsa com a FCT. A categoria do recrutamento será a de Assistente para alunos de doutoramento, Professor Auxiliar para bolseiros pós-doc e a equivalente à categoria detida na carreira no caso dos investigadores."

Não nos pronunciaremos nesta sede sobre as exigências formais que teriam que ser respeitadas na elaboração de normas de contratação de docentes, apenas abordaremos a possibilidade de previsão de uma tal "tipologia".

A referência à percentagem "0%" apenas faz sentido por referência à gratuitidade da prestação, já que não faria sentido prever a possibilidade de contratação de alguém para o não ("0%") desempenho de funções docentes.

Assim, estará subjacente a tal tipologia a pretensão de contratação de docentes para o desempenho de funções a titulo gratuito.

Na caracterização da referida "tipologia D" não é feita qualquer referência à norma e/ou regime que, alegadamente, permitiria a contratação de docentes convidados de investigadores, bolseiro pós-doc e alunos de doutoramente da FCTUC (incluindo os afectos a unidades de I&D integradas) para a alegada inserção "na componente pedagógica da vida académica" sem, por essa prestação de trabalho, ser paga uma remuneração.

Ora, o artigo 74º nº5 do ECDU, impõe que o desempenho de funções docentes por pessoal docente, ainda que a tempo parcial, deve ser remunerado em função do tempo contratualmente fixado, nos seguintes termos:

"(...) o pessoal docente em regime de tempo parcial aufere uma remuneração igual a uma percentagem do vencimento para o regime de tempo integral correspondente à categoria e nível remuneratório para que é convidado, proporcionada à percentagem desse tempo contratualmente fixada.".

Por outro lado, a única norma que no ECDU faz referência à possibilidade de contratação para o desempenho de funções docentes sem remuneração é o artigo 32º-A, aditado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto.

Refere este artigo que:

"Artigo 32.º-A. Casos especiais de contratação.

No âmbito de acordos de colaboração de que a instituição de ensino superior seja parte, ou no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, podem ser contratadas, **sem remuneração**, para o desempenho de funções docentes como professores convidados ou assistentes convidados, individualidades que satisfaçam os requisitos, respectivamente, do n.º 1 do artigo 15.º e do n.º 1 do artigo 16.º"

Ora, esta norma apenas permite a contratação para o desempenho de funções docentes, como professores convidados ou assistentes convidados, de individualidades que satisfaçam os requisitos, respectivamente, do n.º 1 do artigo 15.º e do n.º 1 do artigo 16.º e:

i) no âmbito de acordos de colaboração de que a instituição de ensino superior seja parte,

ou

ii) no quadro da colaboração voluntária de docentes ou investigadores de outras instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais.

Nestes termos, a própria norma limita o âmbito de possibilidades de contratação a situações em que estejam em causa, pelo menos, duas entidades do ensino superior. Sendo que, no âmbito da instituição de origem, o "colaborador voluntário" (ou a "0%" como referido na tipologia enunciada supra) será certamente remunerado por essa entidade para o desempenho de funções docentes ou de investigação.

Acresce que, pelo menos na segunda das hipóteses, tem que ser necessariamente uma colaboração voluntária.

Por último, **nunca se poderia utilizar tal situação de colaboração voluntária para** *"substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas."* (cfr. principio da complementaridade definido no nº5 do artigo 6º nº1 da Lei 71/98, de 3-11).

Ora, a actividade pedagógica é, naturalmente, uma das actividades essenciais do ensino superior público pelo que o voluntário (enquanto alguém que presta serviço a titulo gratuito) não pode ser utilizado para prosseguir tal actividade e muito menos com carácter de regularidade e para obstar à necessidade de contratação de trabalhadores/docentes/remunerados necessários ao desempenho dessas funções.

Termos em que, a previsão da "tipologia D" ou de outra de sentido semelhante se nos afigura como ilegal. ■

SPRC já reuniu com direcção da FCTUC

Na data da publicação deste esclarecimento já tinha sido realizada uma reunião com a FCTUC e solicitada outra à Reitoria da UC, cujo objectivo é ultrapassar esta situação. A abertura manifestada pela direcção da FCTUC dá indicações de que será possível resolver esta situação, salvaguardando os interesses da FCTUC sem entrar em conflito com o quadro legal vigente.

O SPRC manterá os docentes informados sobre este processo de discussão da proposta em causa, designadamente através do seu site (www.sprc.pt).

● **Luís Lobo** | luis.lobo@sprc.pt

Defender as funções sociais do Estado é factor determinante de coesão social

Muitos comentadores e forças de pressão social, normalmente comprometidos com os partidos do designado arco da governação, têm desenvolvido a ideia de que o Estado tem um peso exagerado na resposta em áreas de apoio social fundamentais, como são a Educação, a Saúde ou a Segurança Social. Estas áreas são as que garantem o desenvolvimento do pais e a criação de bem-estar.

O contributo que cada cidadão dá tem uma perspectiva solidária intergeracional, pois, ao longo das suas vidas todos contribuem, através dos impostos, para que todos os cidadãos tenham a garantia de que terão apoio na doença, acesso a um ensino de qualidade em todo o sistema educativo e o apoio do Estado quer após a vida activa, enquanto trabalhadores, ou em situação de desemprego, entre outros aspectos da satisfação das necessidades sociais.

A gradação desse contributo visa uma responsabilidade correspondente à posse de maiores rendimentos, pela sua progressividade, permitindo que o esforço seja proporcional aos rendimentos de cada cidadão. Nem sempre, consoante as opções ideológicas e políticas dos governos, sentimos que é inteira a justiça deste sistema, principalmente em situações que mais justificariam este carácter solidário.

É por isso que é profundamente injusto – alguns juristas consideram-no mesmo inconstitucional – que tenham sido reduzidos os escalões de IRS, sobrecarregando mais os contribuintes de rendimentos intermédios, que se tenha aumentado a tributação sobre os aposentados, que se agravem os salários de quem vive exclusivamente dos rendimentos de trabalho e as pensões, que se agravem as taxas moderadoras na saúde, penalizando quem tem menos posses e não pode recorrer aos serviços de saúde prestados pelo sector privado. A injustiça agravar-se-á se a segurança social deixar de ter uma perspectiva

solidária e forem transferidas para o sector privado parte significativa das contribuições dos portugueses ou se, na Educação, a opção for a concessão de serviços aos privados passando as instituições de ensino a estar sujeitas uma lógica de lucro que, mais uma vez, penalizará quem menos possibilidades tiver de a pagar. Concessão essa que, do nosso ponto de vista, permanece ilegal em relação a alguns dos contratos estabelecidos com colégios privados e que serão tão grave se tiver como origem a administração central ou as autarquias, após um eventual processo de municipalização do ensino.

Desde que nascemos até que morremos precisamos dos serviços públicos e nestas áreas fundamentais – Educação, Saúde e Segurança Social – estão alguns dos serviços mais importantes que o Portugal democrático desenvolveu e defendeu.

É pois, central a luta em defesa das funções sociais do Estado e, politicamente, a iniciativa da CGTP-IN de promover a subscrição de uma petição nacional ganha uma importância fundamental. A nossa intervenção é, por isso, inadiável e premente. ■

Desde que nascemos até que morremos precisamos dos serviços públicos e nestas áreas fundamentais – Educação, Saúde e Segurança Social – estão alguns dos serviços mais importantes que o Portugal democrático desenvolveu e defendeu.

● **Mário Nogueira** (Coordenador do SPRC)

Governo, FMI e más políticas, entre outras troikas

Ainda se desconhecem na totalidade as medidas que concretizarão o violento ataque imposto à Educação, pelo terceiro ano consecutivo, através do Orçamento do Estado e já o governo lança a escada para que outras, ainda mais graves, sejam tomadas no âmbito do anunciado corte de 4.000 Milhões de euros nas funções sociais do Estado.

Relativamente às medidas a aplicar, a fase que vivemos é a de "jogar o barro à parede"… o governo, diretamente ou por interposta entidade (no caso o mal afamado FMI), vai patrocinando calculadas fugas de informação para avaliar a reação dos professores: são os "até 40.000 docentes a dispensar", é o aumento do horário de trabalho, é o exame para decidir quem irá para a mobilidade especial, entre outras ameaças. De seguida, irá gerir as coisas de acordo com as reações que surgirem.

Os mais de 40.000 docentes que, em 26 de janeiro, voltaram a encher a Avenida da Liberdade obrigaram o ministro a afirmar, num primeiro momento, que não haveria despedimentos e, no momento seguinte, mesmo antes de algum governante ter referido que não haveria agravamento dos horários de trabalho na Administração Pública, já o ministro da Educação afirmava que os horários dos professores não sofreriam aumento. Acasos?! Não, resultados de uma luta que nem sempre se valorizam, apesar de muito importantes.

Todavia, falta decifrar o significado destas afirmações. Por exemplo, não haver despedimentos inclui a garantia de não serem postos fora mais docentes contratados ou não haver transferências para a mobilidade especial? Convém saber… é que na Administração Pública, por lei e por agora, não podem fazer-se despedimentos, logo, anunciar, simplesmente, que não haverá é código que urge decifrar.

Já relativamente aos horários de trabalho, o seu não agravamento refere-se apenas ao aumento para as 40 horas ou inclui outros compromissos, tais como não aumentar as horas de componente letiva, não eliminar as reduções letivas e não alterar os minutos da hora letiva, atualmente fixados em 50?

Há que esclarecer estes aspetos e só o ministro o poderá fazer.com a luta e a pressão dos professores é possível levar Nuno Crato a deixar de enviar mensagens codificadas, através da comunicação social, e a aceitar realizar reuniões formais, institucionais e de conteúdo político das quais, porém, Crato parece fugir da mesma forma que o diabo foge da cruz. É que, sabemos todos, o governo admite pedir um alargamento, por mais um ano, para efetuar o corte de 4.000 Milhões nas funções sociais do Estado, mas não admite deixar de fazer esse corte.

Acontece, porém, que ele não se destina a resolver um problema de ordem financeira que se abate sobre Portugal e os portugueses, pois isso é o que, alegadamente, os orçamentos do Estado, com insucesso, têm procurado fazer.

Antes decorre de uma profunda alteração que governo e troika pretendem introduzir na atual organização democrática do Estado português – o designado Estado Social – alteração essa que procura formatar Portugal de acordo com os mandamentos que constam da cartilha neoliberal. Trata-se, pois, de uma questão marcadamente ideológica; de uma opção de classe; de um caminho que o governo, os mercados e a senhora Merkel querem que seja percorrido, apesar dos enormes sacrifícios que estão a ser impostos ao povo português e da gravidade da situação a que o seu futuro ficará sujeito.

Portugal não vive um momento difícil porque os portugueses viveram acima das suas possibilidades. Portugal vive, isso sim, as consequências de anos de corrupção não combatida, de privilégios que a uma elite foram concedidos, de anos de ganância não contida e sem limites que a banqueiros e diversos especuladores foi permitida, de políticas que continuam a ser desenhadas para que os pobres fiquem mais pobres e a grande massa de "remediados" empobreça, tudo em favor de uma ainda maior concentração de riqueza nos bolsos de alguns, muito poucos..

Resta aos portugueses, em defesa de um futuro melhor para Portugal, combater, com todas as suas forças, este governo, o FMI e as más políticas, entre outras troikas que com eles se cruzam e os querem obrigar a ir pelo caminho que leva ao precipício. ■

17 de Janeiro de 2013

Encontro sobre Educação da CGTP-IN

Em Aveiro, Arménio Carlos acusou o governo de fazer batota e de, para autenticar as suas politicas, procurar influenciar a partir do exterior, seja através do FMI, seja através da própria OCDE, a adopção de medidas de destruição dos serviços públicos.

O Plano de Acção da CGTP-IN para 2013 contempla o prosseguimento da realização de uma série de iniciativas de debate, proposta e exigência no âmbito das Funções Sociais do Estado. Decisão, sem dúvida, acertada e oportuna, tendo em conta as mais recentes "novidades" no que à acção do governo diz respeito. O recente relatório do FMI, elaborado a partir de um pedido expresso do governo e com a sua participação (10 ministros e 5 secretários de Estado tiveram intervenção directa não só na prestação de informação, como na direcção politica das propostas), acrescenta novas preocupações, proporcionais às medidas adicionais que sugere para cortar na despesa do Estado.

A Educação é um dos sectores mais atacados e, sem dúvida, um dos alvos a que se dirigem opções claras pela instabilidade profissional e pelos despedimentos. A efectivarem-se parte das intenções já anunciadas pelo próprio governo e de alguma forma vertidas neste documento do FMI (o aumento do horário de trabalho e a agregação de mega-agrupamentos), seriam suprimidos, no mínimo, 30.000 postos de trabalho, mas a intenção anunciada é cortar 50.000 postos de trabalho neste sector.

Por outro lado, o serviço público de ensino e a satisfação do preceito constitucional de direito universal a uma escola pública de qualidade em toda a extensão do sistema educativo, é claramente posto em causa, relançando novas e profundas apreensões sobre o futuro do ensino e a acção do Governo.

Assumiu, assim, uma importância fundamental o debate realizado em 17 de Janeiro, em Aveiro, no Auditório do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro, perante uma plateia de trabalhadores de diversos sectores de actividade, principalmente da administração pública, e em que os professores tiveram uma participação significativa, com várias intervenções na fase de debate.

Esta iniciativa, integrou um painel de intervenientes muito relevante, a saber: Arménio Carlos (Sec. Geral da CGTP-IN), Mário Nogueira (Sec. Geral da FENPROF), Artur Sequeira (Fed. Nac. Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais), Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho), Maria Emília Brederode dos Santos (Conselho Nacional de Educação), Albino Almeida (Presidente da CONFAP) ou José Calçada (Presidente do Sindicato dos Inpectores de Ensino), para além de António Matos Almeida, da Associação Portuguesa de Deficientes. ■

Intervenções

Arménio Carlos
(Intervenção de Encerramento)

Este governo pretende acelerar o processo de discussão sobre as formas a adoptar para se cortarem 4.000 milhões de euros na despesa com as funções sociais do Estado, porque esse é o sentido da sua acção próxima, no âmbito da negociação com o FMI.

Por isso acelerar as dinâmicas de acção reivindicativa, a luta dos trabalhadores, quer no plano geral quer no plano sectorial, é fundamental. É necessário encontrar saídas para esta situação. Como?

1.º – é preciso desmontar o relatório, analisá-lo, peça por peça, e denunciar o que se pretende com aquelas medidas. O pretenso relatório do FMI é um programa ideológico da direita neo-liberal. Há que contrariar esta ideia de que Portugal continua a gastar muito. É falso! Veja-se o caso da Educação. A percentagem do PIB que lhe está destinada é inferior à média da OCDE, sendo que Portugal nunca recuperou do atraso estrutural em que caiu durante décadas, pois as verbas do Orçamento foram sempre insuficientes para atingir patamares muito elevados. O custo por aluno em Portugal também é inferior à média do que se verifica nos países da OCDE. O ensino superior, por exemplo, tem um financiamento que é 10% inferior à média na UE 21. É que ao mesmo tempo, aqueles que são escolhidos para dar suporte ao Governo no plano técnico entram em contradição, como é o caso de um economista espanhol do FMI que suporta a redução da despesa social em Portugal, mas que faz em Espanha o discurso de que reduzir a despesa social naquele pais seria catastrófico.

2.º – é necessário contrariar o jogo em que provavelmente o governo e a concertação social quererá meter a CGTP-IN. Ou seja, não é aceitável que a discussão se faça sobre se se fazem mais ou menos cortes. O Governo, através do relatório do FMI, admite que o corte se situe entre os 10.000 e os 16.000 milhões de euros. Ou seja, muito acima dos previstos 4.000 milhões, os quais, a efectivarem-se, seriam um desastre social sem precedentes no pais. Temos de ser incisivos. Este relatório não tem base técnica e ética para discussão. Não podemos entrar no jogo de se decidir onde o corte vai ser feito.

A CGTP-IN não pode ir negociar mais ou menos cortes. Um jogo cujo objectivo é atacar ainda mais direitos. A CGTP apresentará um documento que:

a) faça a análise e a desmontagem do relatório do FMI/Governo

b) defenda as funções sociais do Estado, tendo em vista o cidadão, os seus direitos e os direitos humanos que a Constituição da República integra, mas tendo, também, em conta o desenvolvimento económico e social

3.º – iremos ao âmago do que fere a Constituição, para a defender e para impedir que a mesma seja alvo de um ataque que a contrarie ou que conduza a uma eventual revisão. Esta é uma questão fundamental.

Há alternativa a cortar na despesa social. Para que essas alternativas sejam viáveis no plano politico, é necessário perceber como se chegou aqui e o que foi feito para que o pais esteja nesta situação. Só a partir da percepção dessa realidade, se conseguirá que os portugueses reajam. Daí a enorme importância da acção do movimento sindical.

Um governo que faz batota. Para autenticar as suas politicas, o consumo interno é insuficiente, procurando influenciar a partir do exterior, seja através do FMI, seja através da própria OCDE. O governo pediu à OCDE que faça um relatório de que, obviamente, apesar de não estar feito, já se conhecem as conclusões: reduzir salários, aumentar horários e reduzir a protecção social. Não! A CGTP-IN tem propostas fiscais e de política económica alternativas às que estão a levar o país para a destruição e à destruição das pessoas.

Temos de ser capazes de juntar todas as forças e não alinhar neste jogo. Temos de estar disponíveis para rejeitar a revisão da Constituição e mais alterações à legislação laboral. Fazê-lo faz parte desta construção da unidade. A CGTP-IN saúda o facto de todos os partidos da oposição rejeitarem integrar a Comissão do Corte dos 4.000 milhões.

É preciso criatividade, inteligência e iniciativa. Estar nos locais de trabalho, conhecer o que cada um pensa, ouvir os trabalhadores e, a partir dessa realidade, encontrar as saídas para este problema e para a mobilização para a luta contra esta politica e este governo.

É, pois, neste quadro que a acção da CGTP cresce e se desenvolve, em defesa da Segurança Social, da Educação e da Saúde. É neste quadro que a CGTP-IN lançou a recolha de assinaturas para uma petição, que integra a campanha em defesa das funções sociais do Estado. Uma campanha fundamental, na qual temos de nos envolver e incentivar, acelerar e reforçar, para que possamos atingir a meta das 100.000 assinaturas. Uma tarefa que tem de ser diária e permanente. ■

Mário Nogueira

Pelas piores razões, está hoje à vista de todos o que está a acontecer à Escola Pública.

Os problemas não são de hoje, nem deste governo, vêm de trás. Direi, por ser verdade, que sendo as intenções do atual governo as piores em relação aos serviços públicos e às funções sociais do Estado por eles concretizadas, os malfeitores que hoje governam encontraram muitas facilidades ao chegarem, pois tinham abertas as portas pelas quais entraram.

De Lurdes Rodrigues ficou o violento ataque desferido contra os professores, que começou com uma campanha de desvalorização da sua imagem social. Fê-lo, não só por, eventualmente, ter assuntos mal resolvidos com os professores, mas por saber que sendo estes um pilar fundamental da Escola Pública, a sua fragilização traduzir-se-ia na fragilização da própria Escola Pública. E fragilizou-a por essa e por outras vias.

Depois, com o mandato de Isabel Alçada, nada se alterou de significativo. O pouco tempo que governou foi apenas e quase só para gerir o funcionamento de um sistema subfinanciado, nada tendo feito para resolver os problemas daí decorrentes. No plano social, foi estancada a espiral de maledicência posta a circular pela ministra anterior e, no que respeita às carreiras docentes, houve alguma descompressão com o fim da divisão da carreira e o desbloqueamento das progressões.

Contudo, no que concerne à Escola Pública e ao ensino em geral pouco foi feito e, já no final do mandato, surgiram propostas que causaram grande contestação na comunidade educativa, como a tentativa de levar por diante uma revisão curricular ditada pela intenção de obter uma redução orçamental de 43 milhões. Tal medida foi, porém, revogada, tendo para isso contribuído o facto de o governo não contar com maioria absoluta no Parlamento. Chegaram, entretanto, ao poder PSD e CDS. Ganharam eleições porque mentiram e/ou esconderam a verdade sobre o que pretendiam fazer. E o que estão a fazer é absolutamente repugnante por pôr em causa a vida e a dignidade dos portugueses.

Não se trata agora, apenas, de eleger o défice acima de qualquer outro interesse; não se trata agora, apenas, de desenvolver políticas economicistas que fragilizam a Escola Pública fazendo-a correr sérios riscos de desmoronamento; trata-se mesmo de a desmoronar, de a destruir fazendo-o por razões de ideologia, com a crise a servir de ótimo pretexto para justificar a sua opção.

A propaganda neoliberal desenvolve um discurso que pega nas pessoas quando se refere aos serviços públicos e procura justificar a entrega aos privados. Depois de anos a agredir o que é público — e com este a resistir, apesar de tudo, dado o grau elevado de profissionalismo dos seus trabalhadores, os "desprezíveis" funcionários públicos — as dificuldades criadas aos serviços públicos são dadas como razão do seu desmantelamento e posterior privatização. É frequente ouvirmos a direita que, em Portugal, mostra as unhas como nunca mostrou em Democracia, afirmar que o importante não é que o serviço de saúde seja público ou privado, o que importa é que os doentes se curem; ou que não interessa que a escola seja pública ou privada, o que importa é que tenha qualidade. Não é assim, apesar de muita gente embarcar nesse discurso. O que interessa, na verdade, é que os serviços sejam públicos, sejam de todos, e cumpram a sua missão com grande qualidade.

> **O aumento do horário de trabalho dos professores: tem por objetivo, esta medida, dispensar mais alguns milhares de docentes. Com o aumento do horário semanal para as 40 horas ou com a eliminação das reduções de componente letiva, o governo despediria muitos milhares de docentes.**

Escola Pública porquê?

Porque esse é o desígnio constitucional estabelecido por uma Lei Fundamental que tem matriz democrática. É a democracia que estabelece essa opção.

Só uma escola que seja pública, democrática na sua organização e gestão, de qualidade nas suas múltiplas respostas, gratuita no acesso e frequência, e inclusiva, porque à diferença responde de forma diferenciada para que se atinjam resultados semelhantes… em suma, só a escola democrática pode servir a generalidade da população portuguesa. Só essa escola respeita todos os cidadãos, não fazendo depender o acesso à qualidade do poder de compra das famílias. Só essa escola pública, paga com o dinheiro dos nossos impostos, é capaz de tratar o ensino como um bem social orientado para o progresso e para a garantia de um futuro melhor para as sociedades. A alternativa neoliberal é considerar a Educação um produto de mercado, que se compra, melhor ou pior, conforme a capacidade financeira de cada família, e se destina a garantir uma vida melhor ao indivíduo que adquiriu o produto de melhor marca. Essa é a escola que reproduz, de forma agravada, as desigualdades sociais. Rejeitamo-la e repudiamos o projeto neoliberal que a desenvolve.

Para os filhos dos trabalhadores, ainda mais em tempo de crise, a Escola Pública é fundamental. Para a direita que nos governa não. E não porque:

A Educação permitiria criar um mercado que, à escala mundial, seria dos mais rendíveis e isso aguça o apetite do grande capital. Como a OMC já fez saber, está no seu horizonte tornar a Educação um produto de mercado sujeito às suas regras;

A Educação Pública de qualidade posta à disposição de todos, isto é, sendo de oferta e acesso universal, contraria um princípio fundamental da direita: o da elitização do ensino, pressuposto da hierarquização social;

O investimento na Educação Pública leva à canalização de verbas para fins sociais que a direita quer que sirvam para alimentar os mercados. Senão repare-se, de acordo com notícias recentes, foram necessários mais de 1.000 Milhões ao Banif, o que facilmente foi garantido; por outro lado, também segundo notícias recentes, para não gastar 1.000 Milhões na Educação, o governo pretende despedir 50.000 trabalhadores do setor. Daqui se conclui que o governo de Passos, Portas e demais pantomineiros, não hesita em provocar surtos de desemprego e em cortar nas funções sociais do Estado mas não hesita em entregar dinheiros públicos ao capital financeiro.

Este governo e estes governantes não prestam e pô-los na rua é tarefa prioritária dos portugueses. Se essa é condição suficiente para que mude a política é o que se verá, mas que é condição necessária fazê-lo, disso ninguém duvida.

Como se não bastassem os cortes feitos nos últimos anos na Educação, através de sucessivos orçamentos do Estado, e como se não fosse já suficientemente complexa e difícil a vida das/nas escolas, o FMI, de acordo com encomenda do governo, avança agora com medidas que não surpreendem porque, afinal, correspondem ao que

Intervenções

Passos Coelho já anunciara quando falara na refundação do Estado. A direita esfrega as mãos, preparando-se para impor novas medidas que são de uma violência extrema, daí ter pedido ajuda ao FMI, organização terrorista que atua no plano social e tem âmbito internacional. Delas se destacam:

O aumento do horário de trabalho dos professores: tem por objetivo, esta medida, dispensar mais alguns milhares de docentes. Com o aumento do horário semanal para as 40 horas ou com a eliminação das reduções de componente letiva, o governo despediria muitos milhares de docentes. Acresce que esta medida degrada fortemente as condições de trabalho dos professores nas escolas, retira às escolas horas que são fundamentais para o desempenho de cargos e funções ou para a realização de reuniões pedagógicas, além de sobrecarregar ainda mais os professores que, segundo a OCDE, têm dos horários mais preenchidos do conjunto dos países que a integram. Essa medida, além de retirar capacidade de organização e resposta às escolas, iria aumentar os já elevados níveis de stress dos profissionais docentes e contribuiria para a perda de qualidade do seu desempenho. Estas são razões por que os pais e encarregados de educação são aliados importantes dos professores na rejeição de um eventual ao aumento dos horários de trabalho.

A redução permanente das remunerações dos docentes criaria ainda maiores dificuldades à satisfação de necessidades básicas e de necessidades profissionais, obrigaria os professores a procurar outras atividades remuneradas para enfrentarem a vida, retirar-lhes-ia a possibilidade de, em exclusividade, se dedicarem à escola e ao ensino, ou seja, aos seus alunos.

O despedimento, direto ou indireto, de cerca de 50.000 profissionais o que, para além das consequências sociais dessa enormidade, provocaria ainda maiores dificuldades à organização e ao normal funcionamento das escolas. Muitas escolas, com o despedimento de docentes nos últimos anos — o desemprego aumentou 74% do ano letivo passado para este — deixaram de dar respostas importantes, nomeadamente ao nível do apoio prestado a alunos com dificuldades na aprendizagem. Despedir 50.000 profissionais das escolas públicas, seria amputar um órgão vital à Escola Pública.

A privatização do ensino, podendo perguntar-se porquê? Não tem mais qualidade, ao contrário do que os falaciosos rankings poderiam indiciar; não são menos transparentes os processos de gestão de todos os seus recursos, bem pelo contrário, não fica mais barato, apesar dos esforços da direita para que pareça. É, pois uma questão puramente ideológica esta da privatização.

Mas estas medidas do FMI, que são encomenda do governo, não são as únicas ultimamente divulgadas. Temos o anunciado processo de municipalização (que, oportunamente, o Banco de Portugal veio apoiar), temos a intenção de avançar com mais e maiores mega-agrupamentos (tendo sido, ontem ao final do dia, anunciados mais 67 para vigorarem desde já), temos a faca afiada para voltar a cortar nos currículos, temos os contratos de autonomia a avançar em velocidade alta para desresponsabilizar o poder central do que é sua competência. O governo não tem legitimidade para impor estas medidas, pois não foram tidas em conta no momento em que PSD e CDS, em conjunto, obtiveram o maior número de votos dos portugueses que votaram.

Agir

Para responder a estas políticas é preciso agir. Agir propondo e agir lutando!

Quanto à proposta, a CGTP-IN apresenta hoje 7 propostas concretas que defendem o futuro da Escola Pública. Também a FENPROF tem propostas que, nos momentos adequados, apresentou publicamente e institucionalmente. Mas a FENPROF, em ano de Congresso — o seu 11.º Congresso, que se realizará em 3 e 4 de maio — irá apresentar propostas concretas atualizadas para dar resposta aos principais problemas da Educação. Bem podem os governantes achar que os professores deveriam limitar-se a intervir no âmbito das questões sócio-profissionais que não nos remeterão para esse papel reduzido e redutor. As questões sócio-profissionais são muito importantes, sem dúvida, mas os professores não se demitem de intervir em relação a tudo o que respeita à Educação, ao Ensino e à Escola Pública, pois, mais do que um direito, esse é um dever que assumem. Os professores têm dito isso em muitos momentos e voltarão a repeti-lo em 26 de janeiro nas ruas de Lisboa.

Na rua, em defesa da Escola Pública, da Profissão de Professor e de um futuro para Portugal, os professores continuarão a ser construtores de esperança, dando ao futuro um rosto diferente daquele que este governo, a sua maioria, o Presidente da República, o FMI e a troika gostariam que o futuro tivesse.

Não desistiremos desta luta que também é pela soberania nacional e por uma vida feliz para os nossos filhos, e faremos desse o nosso maior combate. Assumimos a responsabilidade de lutar para resistir e de agir para mudar! ■

Almerindo Janela Afonso
(Universidade do Minho)

A autonomia da profissão docente é um dos pilares da actuação dos profissionais da Educação, da educação pré-escolar ao ensino superior. Os profissionais do ensino superior estão hoje mais vulneráveis por força das políticas e dos ambientes que se geram.

O confronto entre o capitalismo e a democracia é a base do processo de transição profunda por que as sociedades passam. O confronto entre a igualdade e a desigualdade. Não nasceram um para o outro. Não são um par perfeito. São dois pilares que mantêm tensões permanentes muito fortes, fazendo casamentos de conveniência, em que um dos pares se anula em relação ao outro, por interesses recíprocos em manter este casamento de conveniência. A escola pública é um dos pilares de modernidade e foi construída no meio desta tensão, pelo que as suas funções se foram alterando, à medida da evolução que o capitalismo foi tendo e que a democracia se foi estendendo. Nós somos pioneiros como projecto de escola obrigatória e para todos e, apesar disso, este projecto é uma das promessas da modernidade não cumprida.

O Estado tem sempre uma parcela de escolaridade de que não abre mão e que é assumida pelo Estado. É por isso que se misturam conceitos sobrepondo-se, designando-a por estatal.

Uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril é a consideração da Escola como um direito humano básico, ao contrário do conceito do fascismo coercivo, castrador e impositivo.

Porque é que os alunos são obrigados a ir à escola? Por ser um direito humano básico. A escola pública foi evoluindo para ser constituída como um lugar por excelência do bem comum. A possibilidade de construirmos uma sociedade colectiva onde haja um mínimo cultural comum para todos, numa acepção de cultura no sentido antropológico, da estética, da arte, popular, e não só científica e técnica. A escola desta multidimensionalidade do ser humano. Esta é uma escola democrática que tem de ter necessariamente qualidade científica e pedagógica. A escola básica obrigatória universal e gratuita é o ex-libris da escola pública.

A passagem da escola obrigatória para 12 anos não foi acompanhada de ser de 12 anos a escolaridade básica. Que consequências poderá ter, esta situação? Não foi assim que foi feito, intencionalmente, para que o mínimo cultural comum seja de 9 anos e a diferenciação dos percursos escolares se possa fazer a seguir, de forma a que haja também aí uma diferenciação social.

A antecipação dos exames para o 4.º e 6.º ano são peças do mesmo puzzle.

Há um esforço de re-elitização da escola, tendo por base a ideia de que é impossível conciliar uma escola democrática com uma escola com qualidade científica e pedagógica, reservando ao ensino secundário o papel de tratar aquilo que a escola básica não pode fazer. Isto é um erro estratégico. A escola pública não é incompatível com a sua qualidade.

Para isso é necessário combater tendências de segregação no interior da própria escola. Há velhos e novos mecanismos de segregação congruentes com a ideia de que são poucos os eleitos, sendo necessário aumentar a selectividade no interior da escola.

A ausência de formação dos professores. A conquista da formação como direito está completamente subvertida. O exemplo está ao nível da formação contínua cuja perda como direito está a condicionar a escola democrática.

Apelo: a melhor forma de nós na educação contribuirmos para superar esta crise, não é voltar atrás, absorvendo todos os espaços dos professores, aumentando o individualismo, o stress, a auto desvalorização. Precisamos hoje de um profissionalismo de resistência, lutadores, profissionais não alienados. Temos de saber de que lado é que estamos, ajudando-nos a atravessar este momento tenebroso de que temos de sair. ■

Maria Emília Brederode dos Santos
(Conselho Nacional de Educação)

A escola pública foi criada durante o salazarismo, dizem alguns. Quem diz isto não sabe o que diz. A escola pública é uma criação da primeira República.

O fascismo o que fez com a escola pública? Reduziu os anos de escolaridade, reduziu o currículo, reduziu as habilitações, reduziu os salários, introduziu medidas discriminatórias (divisão por sexo, por classe social, necessidades educativas excluídas…). Deixando marcas profundas de retrocesso e segregação.

O esforço que se fez, depois, com Abril foi enorme e a evolução que se deu daí para cá é enorme. Com problemas e dificuldades. Taxas elevadas de insucesso e de saída precoce da escola, mas reconhece-se que seria necessário um elevado investimento financeiro para estabelecer um sistema educativo com qualidade e justiça. Vencer este atraso exige um grande esforço. A escola pública teve grandes progressos. Se virmos o que se avançou em 20 ou 30 anos, o resultado é extraordinário. Um progresso inacreditável, são as taxas de frequência que se conseguiram em tão pouco tempo, nas últimas décadas.

Os resultados do desempenho dos alunos nos testes internacionais (1.º ciclo do ensino básico) revelam o maior crescimento internacional desde 1995. Estes resultados não podem ser atribuídos a este ou aquele governo, nem a esta ou aquela medida que aqueles desenvolveram. Com toda a certeza são atribuídos ao imenso esforço da escola pública e aos seus professores.

A experiência em estudos realizados em vários países desenvolvidos mostra que, na Educação, os privados não conseguem melhorar os resultados. A principal distorção, a mais grave, é o facto de porem em causa o princípio da universalidade.

Dados relativos à origem social dos alunos revelam a relação entre esta e os resultados escolares. Confirma-se que há escolas que conseguem ultrapassar essa diferença, tendo melhores resultados, porque não reproduzem as diferenças sociais.

Seria interessante saber que factores permitem a estas escolas obterem melhores resultados. Estudar as maneiras de avaliar outros tipos de aprendizagens, que não sejam só a matemática, as ciências... A escola pública, ao não escolher os seus alunos, é muito mais vezes alvo das mudanças sociais. Como por exemplo, as emigrações. Funciona como âncora social para os alunos, mas também para as famílias. A grande capacidade de integração que a sociedade portuguesa tem refere-se essencialmente à escola pública. Citando Valter Hugo Mãe: “Tomar os professores como má gente é destruir a nossa própria casa”. ■

● **Francisco Almeida** (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF, Coordenador da Direcção Distrital de Viseu)

Os operacionais do *gang*...

Com frequência ouvimos dizer que os trabalhadores portugueses, nomeadamente os da administração pública, com os roubos nos salários e subsídios e com a enorme carga fiscal, estão a "dar muito dinheiro ao Estado".

Ora, isto está muito longe de ser verdade. Seria efetivamente assim se os cortes nos salários e o aumento de impostos estivessem a servir para assegurar e melhorar os serviços públicos de saúde, educação, segurança social, justiça, segurança pública …etc. Mas, de facto, não é isto que está a acontecer. Aliás, o roubo e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores, pensionistas e pequenos e médios empresários acontecem em simultâneo com o encerramento e a degradação dos serviços públicos.

Os portugueses não estão a "dar o dinheiro ao Estado". Isso é uma ilusão. Os portugueses estão a ser roubados pelo Governo. O Governo saca aos portugueses que vivem do seu trabalho e das suas pensões e de seguida entrega o nosso dinheiro aos bancos e outras empresas do setor financeiro.

É a agiotagem dos juros exorbitantes, é a chamada recapitalização dos bancos, são os buracos provocados por roubos à descarada (BPN, BPP) resolvidos com o nosso dinheiro, são as rendas milionárias pagas nas parcerias público privadas, nomeadamente nos sectores rodoviário, da saúde, da educação e da justiça… mais o que não cabe no espaço deste artigo e o que ainda nos falta saber.

Portanto, não estamos a entregar dinheiro ao Estado para que este desempenhe as suas funções. O governo do PSD e CDS e outros que o antecederam está apenas (!!) a transferir os recursos de quem menos pode e menos tem para o capital financeiro. Trata-se objetivamente de uma operação "Robim dos Bosques" ao contrário.

O governo serve assim de intermediário do grande capital financeiro. O governo PSD/CDS é uma espécie de grupo operacional de um gang ou quadrilha que enriquece à nossa custa.

Não satisfeito com o autêntico roubo que está em curso, o governo do PSD e do CDS vem agora querer impor um corte de 4.000 milhões de euros nas chamadas funções sociais do Estado. Tal corte, se fosse concretizado [e só não o será se a luta do povo o impedir], seria a desgraça do sistema público de educação, do serviço nacional de saúde e da segurança social. Na Educação significaria seguramente o despedimento [com nome de mobilidade especial] de dezenas de milhares de professores e a ruína da Escola Pública.

Mas, não estamos condenados a isto. O nosso destino coletivo não tem que ser este. É possível acabar com esta política de roubalheira institucionalizada. A primeira batalha é a do esclarecimento. A rapaziada da roubalheira tem uma poderosa máquina de comunicação e muitos comentadores encartados ao seu serviço.

Nós, os que estamos a ser roubados, não possuímos esses meios. Resta-nos fazer o combate do esclarecimento cidadão a cidadão e continuar a travar a luta organizada e sem tréguas.

É preciso derrotar esta política e os seus executantes. É preciso continuar a lutar por uma política alternativa.

E essa alternativa existirá? Ai existe, existe … O movimento sindical organizado na CGTP tem vindo a defender um largo conjunto de soluções e medidas alternativas que configuram, de facto, uma outra política. Aqui se recordam algumas: a) renegociar a dívida pública (prazos, montantes e juros); b) taxar as operações financeiras; c) financiamento direto do BCE aos estados; d) progressividade do IRC para empresas com negócios superiores a 12,5 milhões de euros; e) sobretaxa sobre dividendos de grandes acionistas; f) aplicação ao setor financeiro de uma taxa efetiva de 25% no IRC …

É preciso dizer **não** a esta política de empobrecimento e injustiças que o governo do PSD e CDS querem continuar e aprofundar.

"A palavra de que eu gosto mais é não. Chega sempre um momento na nossa vida em que é necessário dizer não. O não é a única coisa efectivamente transformadora, que nega o *status quo*. Aquilo que é tende sempre a instalar-se, a beneficiar injustamente de um estatuto de autoridade. É o momento em que é necessário dizer não. A fatalidade do não – ou a nossa própria fatalidade – é que não há nenhum não que não se converta em sim." ■

José Saramago, in 'Folha de S. Paulo (1991)

> **"O Governo saca aos portugueses que vivem do seu trabalho e das suas pensões e de seguida entrega o nosso dinheiro aos bancos e outras empresas do setor financeiro.**

● **Margarida Fonseca** (Coordenadora Regional da Educação Pré-Escolar)

Rede Pública de Educação Pré-Escolar

38 anos cumpridos no dia 1 de Fevereiro

O ataque às funções sociais do Estado é cada vez mais, descaradamente, uma ofensiva deste/destes governos(s) neo-liberais.

Defender a Escola Pública gratuita e universal, é defender a educação e o ensino público para todos, independentemente das condições sociais e económicas das famílias. Defender a Escola Pública é cumprir a Constituição da República, é cumprir a Lei de Bases do Sistema Educativo.

A educação pré-escolar, consagrada na LBSE como a primeira etapa da educação básica e, assim sendo, o alicerce do sistema educativo, teve o seu grande impulso no pós 25 de Abril, com a criação da rede pública de jardins de infância em 1 de Fevereiro de 1975.

Desde então produziram-se avanços que permitiram recuperar décadas de atraso face à maioria dos países da UE. Por um lado valorizou-se e materializou-se, em legislação, o papel e a função da educação pré-escolar no processo educativo. Por outro lado, investiu-se na rede pública de jardins de infância, por via do alargamento desta e, em consequência, a taxa de escolarização deste sector de educação que em 1970 era de cerca de 5% (só rede privada), passou em 1980 para cerca de 15%, em 2000 a taxa de escolarização era já de 70% e os números de 2011 apontam uma taxa de 85%. Logo e muito importante o acesso à educação pré-escolar, o acesso a contextos e ambientes educativos, ao início das aprendizagens formais, fez-se e faz-se por via da rede pública de educação pré-escolar.

Muito ainda está por fazer. A cobertura de jardins de infância da rede pública do MEC não abrange ainda todo o país; um grande número de crianças de 3 anos não consegue entrar por escassez de número de salas de educação pré-escolar. Ou seja, em 2013, nem todas as crianças têm acesso a um jardim de infância público pelo que, o princípio da "igualdade de oportunidades no acesso à escola e no sucesso das aprendizagens", consubstanciado num dos objectivos da educação pré-escolar, está ainda por cumprir.

A rede pública de jardins de infância é uma das conquistas de Abril – 38 anos passados a ameaça da sua privatização é um retrocesso enorme. Quando Salazar se sentou na cadeira do poder, uma das medidas que tomou foi encerrar as poucas salas de "ensino pré-primário" que os republicanos, à data já conscientes da importância estrutural da iniciação das aprendizagens formais antes da entrada na "escola primária", implementaram sobretudo nas zonas urbanas de Lisboa e Porto. Salazar substituiu estas por algo que consagrou em lei com a designação de "Obra das mães para a educação nacional".

Contra esta e outras ofensivas à escola, à educação e ensinos públicos, na defesa das funções sociais do Estado, todos seremos poucos para defender e preservar "as portas que Abril abriu". ■

● **LURDES SANTOS** (Coordenadora Regional da Educação Especial)

Milhares de crianças afastadas da Educação Especial

Declaração de Salamanca implica revisão do quadro legal

Nos últimos anos e com diferentes governos, as opções políticas trouxeram a todo o sistema educativo problemas crescentes, desestruturantes e de grande preocupação para toda a comunidade educativa.

O Ensino Especial em particular, tem sofrido um enorme ataque através do desinvestimento sistemático no que diz respeito ao funcionamento estrutural do sector. A colocação de professores especializados, manifestamente insuficiente para as necessidades existentes, implicando em muitos casos que cada docente tenha de apoiar um elevado número de alunos com necessidades educativas especiais, comprometendo assim a eficácia do trabalho desenvolvido com os mesmos. O não cumprimento da lei permite que funcionem turmas com mais de dois alunos com NEE e ainda assim estas sejam constituídas por mais de vinte alunos.

A publicação do Dec.Lei 3/2008 que introduz na Educação Especial a aplicação na avaliação dos alunos com nee de uma classificação da área da saúde (CIF), alterou substancialmente a filosofia em relação ao que deverá ser a prática na educação especial como meio para a integração e cidadania dos alunos portadores de deficiência.

Com este decreto lei, milhares de crianças foram afastadas da educação especial e ficaram de um momento para o outro sem direito a qualquer apoio especializado em função das suas necessidades ou características específicas. Porém, os interesses meramente economicistas dos nossos governantes não ficaram por aqui no que diz respeito aos ataques que desferiram na educação em geral e neste sector em particular. As agressões têm continuado para desespero de todos os intervenientes na acção educativa que assistem à implementação de políticas e medidas discriminatórias, segregadoras e de exclusão que atingem muitas crianças que têm direitos que por sua vez têm de ser protegidos e salvaguardados.

A escola pública tem de garantir que qualquer criança portadora de deficiência ou diferença, incondicionalmente, sem qualquer obstáculo ou reserva tenha possibilidade de participar activamente no processo de ensino/aprendizagem conducente à sua plena integração social e participação dinâmica na família, na sociedade e no mercado de trabalho.

Contudo, o que se assiste neste momento é a um ultrajante retrocesso que envergonharia qualquer país, mas que parece não preocupar muito quem nos governa.

Portugal, em 1994, foi um dos países que subscreveu a Declaração de Salamanca que tinha na sua génese a defesa e a proclamação da escola inclusiva. Portugal não está a cumprir nem a honrar um compromisso assumido internacionalmente.

Para além da complexa situação que subverte a verdadeira escola inclusiva, o ministério da Educação, no ano lectivo transacto fez sair mais uma norma, emitida através do Júri Nacional de Exames que impediu a realização de exames feitos pelas escolas e destinados a alunos que tivessem tido no seu percurso escolar planos adaptados, obrigando-os a fazer as provas aplicadas aos outros alunos com currículos normais. Obviamente, esta é mais uma medida inaceitável que remete muitas crianças ao insucesso e que a manter-se criará situações de injustiça inqualificável.

Como se não bastasse, o Ministério da Educação, sem parar de surpreender pela negativa, já depois de iniciado o ano lectivo em curso faz sair a portaria 275/A que é senão a consolidação do retrocesso em curso para a Educação Especial, para a Escola Inclusiva e sobretudo para os alunos com necessidades educativas especiais. Com esta portaria o ME remete para as instituições de Educação Especial os alunos com NEE que chegam ao ensino secundário. O MEC não preparou, nem acautelou as escolas para o alargamento da escolaridade obrigatória de forma a poderem receber estes alunos. E resolve o problema como? Da forma mais fácil. Remetendo-os para instituições de ensino especial. Descartando-se assim da responsabilidade que tem para com estes cidadãos em proporcionar-lhes verdadeiras condições de integração e de preparação para a vida.

A opção mais uma vez é a de demissão. Atribuindo 5 horas de permanência na escola e as restantes 20 em instituições com que se estabeleçam parcerias. A inclusão é definitivamente posta em causa! Para a FENPROF a solução tem de ser outra! É apetrechando as escolas com materiais, recursos diversos e técnicos especializados, de modo a responder às novas exigências.

A FENPROF vai prosseguir a sua intervenção de exigência ao MEC que cumpra os seus compromissos e garanta a escola de qualidade. Continuaremos a defender a escola pública inclusiva, de qualidade, com todos e para todos.

A luta será sempre a nossa resposta a qualquer medida segregadora e de exclusão.

A educação de qualidade é a arma com que a FENPROF quer munir todos os cidadãos para a construção e a defesa do Portugal de Abril. ■

● **VÍTOR JANUÁRIO** (Dirigente do SPRC)

Subversões

O Pedro ou a Maria, sinalizados pela impositiva CIF, não compreendem, certamente, que os professores que lhes vão ensinar aquilo de que necessitam jamais foram preparados para adequarem a sua formação científica às pessoas-alunos que eles são (Pedro e Maria, para quem foi pensado e elaborado um CEI-Currículo específico individual).

Subverte-se, assim, a integração dos jovens com necessidades educativas especiais, porque se aguarda que o docente, em desespero de causa, recorra ao meio mais comum de obter informação e prepare as suas aulas a partir das pesquisas na internet, bem como dos pedidos de ajuda a colegas que eventualmente vivam aquela realidade há mais tempo para, enfim, com insegurança e rigor limitado, poder experimentar uma qualquer área com designação funcional (português, inglês, ciências naturais e as que couberem num tubo de ensaio). Com boa expectativa, em cada janeiro, haverá já algumas condições para se reconhecerem as capacidades críticas, mas nenhuma possibilidade de perceber as estratégias necessárias ao desenvolvimento das competência que não perturbam os limites e que poderão gerar, no aluno, alguma autonomia de comunicação, de decisão nalguns domínio da vivência quotidiana, enfim, de socialização e de exercício de cidadania.

> **Claro que subversões não são coincidências, mas sim estratégias que geram culturas. Terão, então, de ser contrariadas pela consciência da necessidade de se assumir uma luta coletiva que não alimente a desesperança de ninguém**

Entretanto, arrasta-se nova subversão, pois a enorme precariedade dos professores leva-os a temer que a contestação/reclamação sobre esta situação lhes subtraia o horário que ainda lhes vai garantindo trabalho. Fica, então, criado o pudor, porque já só falta institucionalizar o voluntariado daquilo que se desvaloriza – e os âmbitos da educação especial têm sido desvalorizados! É, aliás, em cadeia, que surge nova subversão por se prestar apoio a alunos com necessidades educativas especiais, indiferenciadamente, ou com algumas variações de intervenção, ora na componente letiva, ora na não letiva.

Serve isto para também se subverter a dimensão do horário dos professores de modo a se promover a relativização das duas componentes e mais facilmente se chegar à subtração do tempo de trabalho individual efetivamente necessário. Serve isto para se esticar a corda das condições de trabalho. Serve isto para condicionar a contestação às tentativas de impor a semana de 40 horas, ou de 37, de 38, de 39 (qualquer número que pareça já uma concessão ao número atirado para o meio da praça).

São diversas as subversões de diferentes áreas da Educação, e, visivelmente, nem todas geradas em absoluto com o atual governo, mas sempre criadas com políticas gémeas. Sucede, por exemplo, com o modelo de autonomia e gestão, que, entre outros condicionamentos, limita a reduzida intervenção possível na tomada de decisões, chegando a levar representantes de profissionais da educação a tomarem, nos conselhos gerais, as opções que mais convêm às autarquias por temerem que, contrariando a tutela municipal (que se prepara para submeter o pessoal docente às maiores incertezas ou suspeitadas sujeições), o posto de trabalho fique em perigo.

Claro que subversões não são coincidências, mas sim estratégias que geram culturas. Terão, então, de ser contrariadas pela consciência da necessidade de se assumir uma luta coletiva que não alimente a desesperança de ninguém, incluindo a de colegas que perguntam se podem ter esperança de voltar a exercer a docência ou de não serem excluídos. A estes, diremos sempre que sim, mas com outra política, certamente, e sem sonegar a responsabilidade individual de cada um nos votos de confiança e na participação na ação reivindicativa. ■

● **ANABELA SOTAIA** (Coordenadora-Adjunta do SPRC)

Investir na Educação e Formação de Adultos

A Educação e Formação de Adultos (EFA), que deve ser uma área importante de qualquer sistema educativo, tem vindo a ser desvalorizada e aniquilada pelo actual governo, seja através da redução e supressão de muitos cursos EFA, seja através da reactivação, em condições inapropriadas, do ensino secundário recorrente, seja através da extinção de centenas de Centros Novas Oportunidades (CNO), de modo arbitrário e por razões puramente economicistas. Na verdade, o governo está a colocar em causa o acesso e o direito de milhares de adultos a aprenderem e a terem mais e melhores qualificações.

A substituição dos CNO (autorizados a manter-se em funcionamento até final de Março de 2013 desde que financeiramente auto-suficientes), por novos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), não é o resultado de uma avaliação clara, objectiva e transparente que salientasse as vantagens e as desvantagens do sistema, mas sim a consequência da sanha avassaladora que tem assolado o país, de redução de despesas a todo o custo, nem que isso signifique continuar a manter os baixos níveis de escolarização e qualificação dos portugueses.

O resultado é a suspensão dos percursos de qualificação e certificação já iniciados por milhares de adultos, o despedimento de centenas de formadores e técnicos e a redução de custos com o funcionamento dos novos centros.

Para responder aos desafios do futuro no âmbito do desenvolvimento e qualificação das sociedades e de um novo modelo de desenvolvimento para o país é imprescindível haver um investimento consistente numa política pública de educação de adultos global e integrada, que mobilize e accione os recursos e mecanismos necessários, não deixando de fora os modelos de reconhecimento de competências adquiridas por vias não formais e informais. ■

> **Para responder aos desafios do futuro no âmbito do desenvolvimento e qualificação das sociedades e de um novo modelo de desenvolvimento para o país é imprescindível haver um investimento consistente numa política pública de educação de adultos global e integrada**

Informação aos Professores

Qual a poupança fiscal que poderás obter no IRS com a quota que pagas para o Sindicato?

Há professores que alegam a necessidade de pouparem para não se sindicalizarem ou se afastarem, mas, na verdade, a quota é extremamente baixa. A questão é que quase todos desconhecem a dedução da quotização sindical no imposto que pagam. Vejamos!

Recorramos a um exemplo concreto:

Um Professor que aufira um salário líquido mensal de 2.000 euros paga uma quota ao SPRC de 20 euros. Quando fizer a sua declaração de IRS, o valor sobre que deveria incidir o imposto seria de 26.000 euros (2.000 euros X 13).

Como pagou de quotização anual 240 euros (12 X 20), este valor será majorado em 50% para efeitos de dedução, ou seja, os 240 euros passam a valer 360 euros (240 + 120).

Então, aos 26.000 euros auferidos ao longo do ano, são deduzidos, não os 360 (porque ultrapassam 1% do rendimento bruto), mas exactamente 1%, que corresponde a 260 euros. Portanto, o IRS deste Professor é calculado sobre 25.740 e não sobre 26.000 euros.

A taxa de IRS que se aplica a este Professor é de 37%, o que significa que, se fosse aplicada ao total do rendimento auferido, o professor descontaria 9.620,00 euros. Na verdade, por lhe ter sido deduzida a quotização sindical, pagará 9.523,80. Ou seja, é-lhe devolvida a quantia de 96,20 euros.

Assim, verdadeiramente, a quotização sindical do ano não foi de 240, mas de 143,80 euros (240 - 96,20), o que significa que, mensalmente, pagou apenas 11,98 e não 20 euros. Então, na verdade, a quota mensal não foi de 1%, mas de menos de 0,6%. Ou seja, a ideia de alguns de que a quota sindical é elevada, feitas as contas, afinal, não é verdadeira. Com o que se ganha, fica mesmo barato ser sindicalizado!

As quotas pagas aos Sindicatos podem ser deduzidas até um limite de 1% do rendimento bruto do trabalho dependente ou de pensões, sendo que o valor a deduzir ao rendimento corresponde a 150% do valor suportados. Ou seja, por cada euro pago deduz 1,5 euros até que se atinja o limite de 1% do rendimento bruto já referido. [in FAQ's do C IRS]

E por este valor, que qualquer um pode suportar, é possível garantir:

• Uma **organização forte**, capaz de defender os interesses e direitos dos Professores, Educadores e Investigadores, de intervir activamente nos processos negociais, de promover grandes acções e lutas em defesa de quem trabalha, de resistir e de apresentar propostas que visam construir uma profissão mais dignificada e valorizada, uma escola mais democrática e uma sociedade mais justa e solidária.

• **Informação exclusiva**, quer pela revista "Jornal da FENPROF", como pela do SPRC – o RCI, mas também pelos sites sindicais (www.sprc.pt e www.fenprof.pt). O SPRC contém, já, um espaço online apenas acessível aos seus associados (legislação publicada, projectos do ME, informações úteis e via de comunicação exclusiva com o seu Sindicato);

• **Atendimento exclusivo** (telefone, e-mail, fax e pessoalmente, nas sedes dos Sindicatos);

• **Apoio jurídico** prestado por advogados especializados em direito administrativo;

• **Acesso exclusivo** a um conjunto muito importante de benefícios, em condições vantajosas, designadamente crédito bancário, seguros diversos, apoios complementares na doença, férias, livrarias, oficinas auto e muitos outros serviços comdescontos exclusivos para os associados em Sindicatos da FENPROF, que, sendo utilizados, fazem desaparecer a quota que é paga mensalmente.

Vamos construir **uma profissão mais dignificada e valorizada, uma escola mais democrática e uma sociedade mais justa e solidária.** ■

> **As quotas pagas aos Sindicatos podem ser deduzidas até um limite de 1% do rendimento bruto do trabalho dependente ou de pensões, sendo que o valor a deduzir ao rendimento corresponde a 150% do valor suportados.**

Actividade sindical intensa em defesa da Educação e da Escola Pública

Com a continuação das políticas sociais e económicas de 2011 e o consequente agravamento das condições sociais e económicas da população portuguesa, o ano de 2012 fica marcado por uma teimosa manutenção de políticas que, continuando assim, conduzem o país ao desastre. Simultaneamente, assistiu-se a uma forte contestação dos professores e educadores (e dos trabalhadores da Administração Pública em geral) às políticas económicas, sendo estes dos mais penalizados com tais políticas implementadas pelo governo PSD/CDS, algumas das quais a mando da Troika: desemprego de professores, constituição de Mega Agrupamentos, redução de salários, aumento de impostos, etc.…

Os ataques desferidos contra a educação e os seus profissionais, a contínua redução, mas ao mesmo tempo abrupta, da parcela do Orçamento do Estado destinado à Educação, comprometem seriamente a capacidade de responder ao atraso estrutural de que o país dava mostras de querer sair, mas que, com os governos anteriores do PS (responsável por vários PEC e pela assinatura do memorando com a Troika), e agora, ainda mais acentuado, com Passos Coelho/Paulo Portas, está de novo a mergulhar. A austeridade foi a receita importada e imposta pela troika estrangeira, subjugada aos ditames de Merkel e da alta finança internacional, representada por FMI e BCE.

Mas os trabalhadores foram crescendo em consciência e assumiram a luta como fundamental para atingir dois objectivos centrais: uma política alternativa e uma alternativa política.

Foi, por isso, um ano de grandes manifestações culminando em duas grandes greves gerais organizadas pela CGTP-IN (uma delas integrada numa jornada de luta europeia), que paralisou o país e para as quais a FENPROF e o SPRC também contribuíram.

Mas a luta dos trabalhadores portugueses fez-se sentir a diversos níveis, mais ligados aos problemas das populações. Foram disso exemplo as lutas: contra as portagens nas A23, A24 e A25; em defesa da Água Pública, com a subscrição de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos para parar o processo de privatização de que está a ser alvo; contra o novo mapa administrativo e autárquico do país e contra a extinção de freguesias.

2012 foi também o ano em que o SPRC comemorou 30 anos com os professores. Com um programa variado, “30 anos 30 momentos” que incluiu intervenção política, colóquios, debates, acções de formação, concursos literários, visitas culturais e música, edição de livros e apoio à divulgação de obras de autores reconhecidos, o SPRC assinalou de forma significativa junto dos professores, e em toda a região centro, a sua importância profissional, social, política e cultural.

A actividade sindical foi, assim, muito intensa, realizando-se inúmeras reuniões sindicais em todas as escolas com permanente presença de dirigentes nos locais de trabalho, seguindo o repto lançado pela direcção de que “A nossa sede são as escolas, os jardins-de-infância as universidades e os politécnicos”. Apesar de uma maior instabilidade e precariedade laboral, o SPRC conseguiu manter um forte e representativo corpo de delegados sindicais que continua a ser um garante da ligação aos locais de trabalho, ao mesmo tempo que, apesar do brutal decréscimo de professores, seja por via da aposentação, seja por via do desemprego, manteve as mesmas taxas de influência sindical e o mesmo peso social no mapa sindical da região ■.

Janeiro

Governo concretiza propostas de revisão da estrutura curricular reflectidas, já, no OE 2012, e que resultam de imposição da troika. A FENPROF torna pública uma posição que distribui por todos os estabelecimentos de educação e ensino, anunciando um amplo debate. Neste âmbito, para além de reuniões em escolas, a FENPROF solicitou reuniões a associações profissionais e científicas, às confederações de pais e encarregados de educação e às associações de dirigentes e directores escolares.
Para o debate sobre a revisão da estrutura curricular nas escolas e com os professores e educadores foi elaborado um guião de discussão que estabelece uma série de aspectos a ter em conta neste processo de consulta. Nesse guião, a FENPROF chamou a atenção para os cerca de 11.585 horários postos em causa pelas medidas do governo, o que veio em grande medida a confirmar-se, designadamente pelo impacto sentido no brutal aumento de horários zero (cerca de 15.000 no início do ano lectivo) e no enorme número de professores sem contrato este ano, em 31 de Dezembro e que atingiu mais de 31.000 docentes.
Neste mês, foi, ainda, lançado o Concurso “O olhar das crianças e dos jovens – A representação social do Professor”, o qual, com o patrocínio da Delta-Cafés, teve uma grande participação de alunos de escolas de todos os níveis de educação e de ensino, resultando na escolha de 12 ilustrações que viriam a constituir uma colecção de pacotinhos de açúcar editados e distribuídos pelo patrocinador do Concurso.
9 a 13 de Janeiro – Reuniões com Delegados e Dirigentes Sindicais em toda a região centro, convocadas por todas as direcções distritais.
18 de Janeiro – Recepção ao ministro da Educação em Coimbra (protesto contra a projectada “revisão da estrutura curricular).
18 de Janeiro – Comemorações do 77º Aniversário do Movimento Operário de 18 de Janeiro de 1934 (Leiria) e Desfile de Protesto Contra o Aumento do Horário de Trabalho - Marinha Grande.
25 de Janeiro - Plenário Distrital no âmbito do Debate Nacional promovido pela FENPROF sobre “A Revisão da Estrutura Curricular”

Fevereiro

Na sequência de uma reunião da Coordenadora da Frente Comum os Sindicatos da Administração Pública distribuíram, pelos locais de trabalho de todo o país, um documento aos trabalhadores no qual se chama a atenção para que estão a ser postos em causa os serviços públicos na administração pública, cujos efeitos se sentem, particularmente, na redução de trabalhadores. A Frente Comum, prevendo um conjunto de medidas do governo (que vieram a verificar-se) chamava a atenção para que são os utentes dos serviços públicos que passam a ter uma cada vez pior prestação dos cuidados básicos proporcionados e que a Constituição da República atribui ao Estado: Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça, Poder Local, Água… contam-se de entre os mais afectados com graves consequências no emprego e nos seus utentes.
3 de Fevereiro – Reunião com docentes do Instituto Politécnico de Leiria, na qual foram debatidos aspectos gerais da acção reivindicativa e específicos das escolas do Instituto Politécnico de Leiria.
6 e 15 de Fevereiro – Reuniões com as educadoras de infância da IPSS da Belavista, em Águeda.
8 de Fevereiro – Acções de sensibilização contra as portagens a partir de Castelo Branco e da Covilhã.
11 de Fevereiro – Realização de uma grande e expressiva Manifestação Nacional de trabalhadores convocada pela CGTP-IN, para Lisboa, a qual estabeleceu dois objectivos reivindicativos prioritários: ”Contra o acordo UGT-governo-patronato” e “ Contra a política de terrorismo económico e social imposta pelo governo”. Esta manifestação que partiu de 4 zonas da cidade convergindo no Terreiro do Paço, respondeu bem ao repto lançado pela Comissão Executiva da Central de que a Praça do Comércio se transformasse em Terreiro do Povo… e assim foi.
14 de Fevereiro – “Recepção” ao Ministro da Saúde, junto ao Hospital Pêro da Covilhã – Covilhã.
22 de Fevereiro – Reunião com docentes do Ensino Superior Politécnico na Escola Sup. Agrária - Castelo Branco.
24 de Fevereiro – Buzinão contra as portagens na A25, em Viseu.
29 de Fevereiro – Reunião com docentes do Ensino Superior Universitário na UBI – Covilhã.

29 de Fevereiro – Participação na Jornada de Luta Europeia da CES, descentralizada, em todos os distritos da região centro.

Março

O SPRC divulga o seu plano de formação com o anúncio da abertura de inscrições de 20 acções creditadas, todas realizadas com o recurso à solidariedade e apoio de formadores da bolsa de formadores do SPRC, os quais realizaram todas as acções gratuitamente para que, dessa forma, os sócios pudessem ter acesso a acções gratuitas. Com esta decisão da direcção do SPRC e o apoio dos formadores envolvidos, refairmou-se, mais uma vez, a Formação Contínua como mais um direito do que um dever.
Arrancou em toda a região a iniciativa "30 anos em 30 momentos", realizada no âmbito das comemorações dos 30 anos do SPRC. A apresentação pública do programa deu-se na Escola Secundária Jaime Cortesão, em Coimbra, onde se realizou um dos plenários fundadores e assembleia constituinte do SPRC, com a presença de alguns sócios que, já na altura, exerciam funções docentes naquela escola. Esta iniciativa, que se desdobrou em 30 momentos da cultura à política, durante todo o ano de 2012, mantém a matriz da intervenção do SPRC ao longo de quase três décadas. Debates, acções de Solidariedade com o Sahara Ocidental e os PALOP, Exposições, Concursos literário de quadras populares, Jornadas pedagógicas, Visitas Guiadas à obra de Mestre Aquilino e de Michel Giacometti, etnografia e música, Viagens por percursos históricos, a edição de um número especial dos 30 anos do SPRC e apoio à divulgação e edição de livros para a infância e juventude, de que se destaca "Abril Histórias Mil" de Augusto Monteiro com ilustração de Tiago Madeira, constituíram um importante menu cultural, disponibilizado para todos os docentes e em alguns casos, à população em geral, como foi o magnífico espectáculo de homenagem ao Zeca e ao Adriano realizado em Coimbra, no Choupalinho, na Praça da Canção.
1 de Março – Reunião de Sindicatos da Administração Pública, em Viseu.
8 de Março – Dia Internacional da Mulher – Realização de um Colóquio sobre "O papel da Mulher nas crises económicas e sociais ao longo dos tempos", em Coimbra, com a presença de Manuela Silva (Dirigente Nacional do MDM) e Fátima Messias (Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN).
8 de Março – Comemorações do Dia Mundial da Mulher – III Conferência Sindical Distrital sobre Igualdade entre Mulheres e Homens: "Avançar no Caminho da Igualdade" – Casa Sindical da Covilhã - Desfile pela Igualdade, sob o lema "Contra a Carestia de Vida – Aumento Imediato do Salário Mínimo Nacional" - Covilhã - Jantar comemorativo no CCD Estrela do Zêzere – Boidobra.
14 de Março – Plenário Distrital de Professores (descentralizado), em Lamego.
15 de Março – Reunião com docentes do Colégio Conciliar de Maria Imaculada – Leiria.
15 de Março – Plenário Distrital de Professores (descentralizado), em Viseu.
16 de Março – Reunião com Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, na Escola EBI Cidade Castelo Branco.
19 de Março – Protesto junto ao primeiro-ministro, no quartel de Viseu, contra as políticas de austeridade e os sacrifícios impostos aos Professores, em particular, e ao Povo, em geral.
22 de Março – Greve Geral – Motivos centrais da convocação da Greve Geral: Rejeitar o pacote de exploração e empobrecimento; Combater o Pacto de Agressão ao Povo e ao País; Reclamar nova política e um novo rumo para Portugal.
A receita de combate à crise não resulta. Porém, o governo com a complacência do presidente da República prossegue o mesmo caminho, com a mesma direcção. Mais e mais austeridade. A FENPROF no apelo dirigido aos professores e educadores, lembra que governo e troika aos poucos nos levam tudo. Roubo do abono de família, congelamento da carreira, agravamento do horário de trabalho, roubo no salário, roubo dos subsídios e nas pensões, aumento do IRS, do IVA, do IMI, do gás, da luz, da água, da alimentação, das rendas, dos combustíveis, das portagens… de tudo! Uma política que ataca mesmo na área social, aumentando os custos com a prestação de cuidados de saúde e com as taxas moderadoras e medicamentos, aumentos das propinas, dos livros escolares e dos apoios ao estudo; aumento dos descontos para a segurança social e cortes nos apoios sociais. O governo, não contente, avança, ainda, com novas e muito negativas medidas, cuja luta e acção jurídica deverão mobilizar a acção dos sindicatos, sobre: mobilidade forçada, flexibilidade de horários e funções, bancos de horas e redução do pagamento do serviço extraordinário.
23 de Março – Reunião com os professores das AEC de Alcobaça.
30 de Março – Reunião com representantes de associações profissionais – ANAPES e APEVT – a propósito da situação criada pela "revisão da estrutura curricular" imposta pelo MEC.

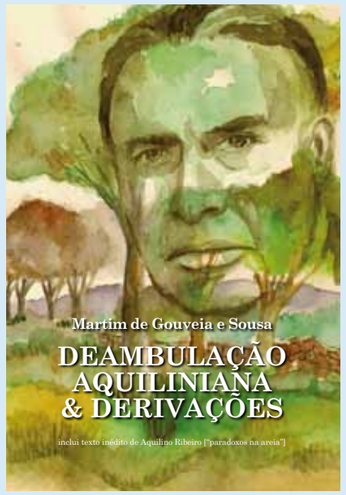
Abril

9 de Abril – Participação em Concentração no Porto contra as portagens nas ex-SCUTS.
11 de Abril – "À conversa com Ilda Figueiredo", uma iniciativa que contou com o apoio da Livraria Lápis de Memórias e que versou o tema da "Paz e da Solidariedade". Ilda Figueiredo, que é Presidente do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, desenvolveu aspectos relacionados com a importância da Paz no desenvolvimento dos Povos.
11 de Abril – Reunião sindical com os docentes da Escola Superior de Tecnologia a Gestão de Oliveira do Hospital, num dos momentos de acompanhamento, por parte do SPRC, do processo que ameaçava poder resultar no encerramento da escola.
12 de Abril – Participação em programa de rádio sobre a situação profissional dos professores– Rádio Cova da Beira – Fundão.
13 a 20 de Abril – Reunião com os Órgãos de Direcção e Gestão das Escolas/Agrupamentos, sobre Mega-Agrupamentos, em toda a região, no âmbito do trabalho de consulta das escolas sobre esta matéria, levada a efeito pela FENPROF.
19 de Abril – Plenários de Professores sobre a Contratação, o Concurso e o Emprego em todos os distritos da região centro
19 de Abril – Encontro Nacional de Professores Aposentados, em Lisboa, no qual, entre outros assuntos, se centrou a discussão em torno dos seguintes objectivos de acção: o fim do congelamento e dos cortes nas pensões; o fim dos cortes no Sistema Nacional de Saúde e no Sistema de Segurança Social; o fim do agravamento dos impostos, a todos os níveis.

20 de Abril – Comemoração Oficial dos 30 Anos do SPRC, com intervenções da Sócia n.º 1, Graça Pedrosa, coordenadora do Departamento de Professores Aposentados do SPRC, e de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF e Coordenador do SPRC. Nesta iniciativa, que terminou com jantar com a presença de mais de duas centenas de sócios, foram entregues as medalhas de 30 anos do SPRC, aos professores que cumpriram 30 anos de associados. De seguida realizou-se um espectáculo com Manuel Rocha, Segue-me à Capela e outros.
25 de Abril – Participação e colaboração, quer na promoção, quer na organização de iniciativas comemorativas da acção libertadora do Povo em 25 de Abril de 1974, em toda a região.
26 de Abril – Assinatura de um protocolo de colaboração mútua entre o SPRC e a Associação de Bolseiros de Investigação Científica, o qual prevê a participação em iniciativas conjuntas e o apoio jurídico à acção da ABIC.
Maio – o SPRC lançava uma campanha de esclarecimento sobre a importância da sindicalização, junto dos seus associados, mas virada para eventuais novos sócios. Esta iniciativa associava-se a um esforço nacional de garantir novas e muito boas regalias sociais para os associados dos sindicatos da FENPROF, uniformizando o acesso aos benefícios obtidos em cada região do país.
Durante todo o mês de Maio decorreu a recolha de um abaixo-assinado promovido pela FENPROF, no qual se afirmava que "Defender a Educação é apostar no futuro! A Educação precisa de investimento e não dos cortes que a desvalorizam." Este abaixo-assinado, transformado em Petição, recolheu mais de 10.000 assinaturas em poucas semanas.
30 Anos SPRC - Acção de Formação "A expressão plástica em contexto de sala de aula" – Isaura Madeira – Castelo Branco; 30 Anos SPRC - Acção de formação "Problemas de comportamento na sala de aula" – Olga Marques – Covilhã.

Maio

1 de Maio – participação nas iniciativas realizadas em toda a região de comemoração do Dia do Trabalhador, fosse em manifestações, fosse em concentrações.
4 de Maio – Concentrações frente às DRE/MEC, contra a revisão curricular desenhada para despedir professores. Esta iniciativa de protesto e indignação perante as medidas tomadas pelo governo, focalizou a discordâncias dos professores na eliminação de disciplinas e do par pedagógico em EVT, no fim da formação cívica e do estudo acompanhado, no fim dos desdobramentos nas ciências experimentais, na efectivação dos exames no final do 1.º e do 2.º ciclos. Na iniciativa realizada em frente à DREC, em Coimbra, os professores manifestaram, ainda o seu descontentamento perante as consequências negativas que estas medidas terão no funcionamento das escolas e na qualidade do serviço educativo prestado, bem como perante a redução de professores que resultará da redução de horários, decorrente da revisão da estrutura curricular imposta por Passos e Crato.
8 de Maio – Distribuição de documentos à população sobre a Segurança Social – Castelo Branco e Covilhã
9 de Maio – realização de reunião negocial com a Presidência do Instituto Politécnico de Viseu, com vista ao estabelecimento de consenso relativamente a um novo regulamento de avaliação do desempenho docente.
10 de Maio – Plenário Distrital na Guarda, contra as mudanças curriculares e a constituição de mega-agrupamentos, mas também quanto à eventual introdução da mobilidade compulsiva e as perspectivas de aumento do desemprego docente.
11 de Maio – Reunião com a administração da empresa FUTURSCHOOL em Samora Correia, sobre problemas laborais que afectam os trabalhadores que têm um vínculo contratual estabelecido com esta empresa.
17 de Maio – Participação na acção nacional em defesa da Segurança Social pública, convocada pela CGTP-IN.
19 de Maio – Acção de informação para estudantes de cursos de formação de professores e educadores (frente de trabalho dos "Jovens Professores"): nesta data a sessão decorreu na Escola Superior de Educação de Coimbra, uma das várias que tiveram lugar na região.
21 de Maio – Reunião com o grupo parlamentar do PCP, no âmbito das jornadas parlamentares realizadas por este partido na Marinha Grande.
23 de Maio – Participação na Tribuna Pública da FENPROF, realizada frente ao MEC, sobre a situação no ensino superior e investigação, sob



o lema “Apostar no Ensino Superior e na Ciência, defender a dignidade das Carreiras”. Foram muitos os que intervieram nesta tribuna pública, centrando-se em três problemas fundamentais: financiamento, abandono escolar e situação profissional dos professores e investigadores.
24 de Maio – Concentração/Manifestação contra Mega Agrupamentos – Castelo Branco
26 e 27 de Maio – Viagem a Montalegre, no âmbito das comemorações dos 30 anos do SPRC
26 de Maio – Viagem às Terras do Demo e à Obra de Aquilino Ribeiro, acção de formação realizada pelo Prof. Martim de Gouveia Sousa, sócio do SPRC, guia da Viagem e autor do livro “Deambulação Aquiliniana & Derivações”, editado pelo SPRC (Abril 2012), que inclui o texto inédito de Aquilino Ribeiro “Paradoxos na Areia”.
26 de Maio a 2 de Junho - Acção de Formação “Excel Simplificado. Grelhas de correcção e outros materiais de apoio”, em Leiria

Junho

Era lançada a campanha “Saúde com Educação em Português” de recolha de livros e jogos, envolvendo professores e as suas escolas, cujo objectivo será o seu envio para Hospitais Pediátricos dos PALOP.
Iniciou-se o concurso de quadras populares, com o tema “A crise, o governo, a troika… e outras desgraças”
1 de Junho – João Pedro Mésseder foi às escolas do 1.º ciclo do Bairro Norton de Matos e de Eiras, bem como ao jardim de infância, desta localidade, em Coimbra, para apresentar o seu “Livro dos Meses” e falar com as crianças, no Dia Mundial da Criança. Ao fim da tarde, na Livraria Lápis de Memórias, principalmente para professores e educadores, esteve à conversa e repetiu a apresentação do seu livro. Integrado nas comemorações dos 30 anos do SPRC.
2 de Junho – no âmbito das comemorações dos 30 anos do SPRC, realizou-se “Rotas da Interioridade” pelas aldeias de xisto de Barroca do Zêzere, Janeiro de Cima e Sobral de S. Miguel.
4 e 5 de Junho – Reuniões com Delegados e Dirigentes Sindicais Castelo Branco e Covilhã.
5 de Junho – protesto contra a imposição de mega-agrupamentos convocado pelo SPRC, na Praça da república, em Coimbra.
6 de Junho – também no âmbito do aniversário do SPRC, Máximo Ferreira esteve à Conversa com… sobre Astronomia. Máximo Ferreira é o director do Centro Ciência Viva de Constância, em cujo parque de astronomia se encontra o maior telescópio público do país.
9 de Junho e 16 de Junho – Participação dos professores da região centro na Manifestação Nacional realizada em Lisboa e Porto, pela CGTP-IN. O SPRC marcou presença no Porto, concentrando centenas de professores na Rotunda da Boavista, contra a exploração e o empobrecimento. Estas duas grandes acções de massas da CGTP-IN foram realizadas sob a preocupação em relação ao agravamento da austeridade que está a destruir o país, a necessidade de renegociação da dívida, em defesa do emprego e dos salários e contra a redução dos rendimentos das famílias.
11 de Junho – Contacto e distribuição de um comunicado aos participantes de uma reunião de membros dos órgãos de direcção das escolas da região centro, convocada pela DREC.
12 e 13 de Junho – Visita à terra natal de Miguel Torga e à Casa de Tormes de Eça de Queiroz. Uma iniciativa do Departamento de Professores Aposentados.
13, 20, 23, 27 e 29 de Junho – Acção de Formação “A Expressão Plástica em Contexto de Sala de Aula”, em Leiria e Pombal.
14 de Junho – Reuniões no Louriçal e em Leiria com professores despedidos de colégios privados.
15 de Junho – participação na Conferência de Organização da União de Sindicatos de Leiria.
18 de Junho – Reunião com a direcção do Instituto Politécnico de Leiria sobre a situação dos alunos com NEE no Ensino Superior.
18 e 19 de Junho – Participação no Júri de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional do Curso Técnico de Apoio Psicossocial da EPAMG.
20 de Junho – Participação na Concentração dos Trabalhadores da Empresa Transportes Jaulino
20 de Junho – Leiria - Acção Informativa “Jovens Professores – Que Futuro?”, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Antes e depois desta data foram realizadas outras acções do mesmo tipo noutros distritos: Coimbra (Escola Superior de Educação e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Guarda (Escola Superior de Educação) e Covilhã (realizada na Escola Secundária Quinta das Palmeiras).
21 de Junho – FENPROF assinala 1.º aniversário do governo Passos/Portas, junto à bandeira nacional, com a largada de milhares de balões negros como a política do governo, cujo principal sintoma de decadência é o aumento desmesurado do desemprego.
22 de Junho – Afixação de pendões de protesto contra o roubo continuado sobre os salários dos trabalhadores da administração pública, junto às escolas da região. Esta iniciativa enquadrou-se numa acção nacional de luta sobre o roubo nos salários, desenvolvida pelos sindicatos da FENPROF.
23 de Junho – Percursos “Aldeias típicas” da Serra da Lousã. Passeio guiado por Paulo Peralta, dirigente do SPRC, por Catarredor, Vaqueirinho e Talasnal. Um mergulho no Portugal profundo, na tradição e na arquitectura e vida serrana. Acção de divulgação do património edificado e natural, uma viagem pela cultura de raiz popular. Integrado no calendário de comemorações dos 30 anos do SPRC.
25 de Junho – Reunião com Educadoras de Infância do Instituto da Segurança Social (contra a privatização dos Infantários) – Covilhã
26 de Junho – Reunião em Leiria com Professores do Ensino Particular e Cooperativo.
26 de Junho – Concentração de protesto contra a imposição de mega-agrupamentos em Coimbra, proposta pelos docentes da Escola Secundária Jaime Cortesão e apoiada pelo SPRC.
25, 26, 27 e 28 de Junho – Plenários distritais de educação especial em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Guarda, Leiria e Viseu, nos quais se debateram a situação político-sindical e as propostas da FENPROF para a reorganização da Educação Especial.
26 de Junho – O SPRC realizou uma segunda reunião com a Reitoria da Universidade de Aveiro, relativamente ao novo regulamento de Avaliação do Desempenho Docente. Tal como na anterior reunião, o SPRC apresentou propostas que foram ao encontro das posições defendidas pelos docentes em reuniões preparatórias.
27 de Junho – Reunião com professores estagiários – Covilhã. Este trabalho insere-se nas acções de sensibilização e informação para os futuros docentes, relativamente a questões de ordem profissional e sindical
29 de Junho – Recepção ao Ministro da Economia, no Parkurbis – Covilhã
29 de Junho – “Somos nós os teus cantores” foi a reedição de um espectáculo de homenagem levado a efeito pelo SPGL, em Lisboa e que o SPRC decidiu oferecer à cidade de Coimbra, na Praça da Canção. Homenagem a Adriano Correia de Oliveira e a José Afonso, com Sérgio Godinho, Vitorino, Janita Salomé, Brigada Victor Jara, Jorge Cruz (dos Diabo na Cruz), Manuel Freire, Raízes de Coimbra, Segue-me à Capela, Paulo Vaz de Carvalho e Mariana Alves da Costa. 2.500 pessoas disseram presente neste grande espectáculo que teve como cenário o Mondego e a cidade que Zeca e Adriano bem conheceram.

Julho

As/Os Educadoras/es de Infância vêem reconhecido o direito ao período de interrupção lectivo para efeito de avaliação e o MEC veio reconhecer que aos educadores/as devem ser proporcionadas idênticas condições para a avaliação das aprendizagens e que esta seja coincidente com os outros níveis de ensino. Tal é feito através do despacho de Calendário Escolar para 2012/13. Uma importante vitória da FENPROF com os docentes de educação pré-escolar na garantia de um direito que é valorizador do seu exercício profissional.
Neste mês, procedeu-se à recolha de assinaturas dos Pais e Encarregados de Educação e trabalhadores dos Infantários do Instituto de Segurança Social de Castelo Branco contra a privatização daqueles serviços (sete estabelecimentos no distrito de Castelo Branco).
6 de Julho – Reunião com Educadores de Infância do Instituto da Segurança Social (contra a privatização dos Infantários) – Castelo Branco
10 de Julho - Participação no Júri de Avaliação das Provas de Aptidão Profissional do Curso de Educação e Formação de Operador de Informática, Leiria
10 de Julho – Reunião com Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco sobre horários de trabalho e excesso de carga lectiva – Castelo Branco
12 de Julho – Recepção ao primeiro-ministro na Figueira da Foz, convocada pelas Uniões de Sindicatos de Coimbra e Figueira da Foz – participação na concentração de protesto.
12 de Julho – Manifestação Nacional dos Professores, de protesto, de indignação e de exigência, em Lisboa, contra o desemprego docente e os horários zero, pelo respeito pelos horários de trabalho, por condições de trabalho dignas. Esta acção da FENPROF, em cima de um período difícil do calendário escolar (realização de exames e avaliações) contou, apesar destas condicionantes, com mais de 10.000 professores que, do Rossio se deslocaram para a Assembleia da República.
20 de Julho – Reunião com docentes do Instituto D. João V**.**
23 de Julho – Entrega das assinaturas recolhidas no Instituto de Segurança de Castelo Branco contra a privatização destes serviços para ser reenviadas ao Primeiro-ministro, Ministro da Solidariedade e Segurança Social e para o Provedor da Justiça.
24 de Julho – Reunião na IPSS da Belavista, Águeda.
25 de Julho – Manifestação regional de professores com concentração na Praça da República, em Coimbra, e deslocação à DREC.
27 de Julho – Vigília contra o desemprego e a precariedade, pela estabilidade laboral e de emprego, em Lisboa, frente ao MEC. Neste dia, Nuno Crato assumiu que iria garantir uma vinculação extraordinária para docentes contratados, o que não veio a verificar-se. A FENPROF exigiu que esse regime se aplicasse antes de 1 de Setembro, de forma a abranger todos os docentes que estavam a contrato até 31 de Agosto. O ministro não cumpriu, mesmo após ter assumido, também, esse compromisso na Assembleia da República.
Setembro – Perante a investida das estruturas desconcentradas do MEC às escolas para que assinem contratos de autonomia, o SPRC emitiu um parecer que distribuiu pelos directores das escolas e pelos delegados sindicais dos TEIP, que estavam a sofrer os efeitos de maior pressão.

Setembro

3 de Setembro – Em todo o país, sindicalistas da FENPROF iniciaram contactos, designadamente nos centros de emprego, apoiando professores desempregados e distribuindo um guião de apoio à sua situação profissional, o qual incluía vários do-

cumentos, legais e minutas. Na área do SPRC, estas acções decorreram em todos os distritos.
8 de Setembro – reunião com presidência do Instituto Politécnico de Leiria sobre Regulamento de Avaliação do Desempenho e outras matérias.
14 de Setembro – Debate "Saúde e Segurança Social" com Eugénio Rosa – USCB – Covilhã.
14 de Setembro – Distribuição de documento "Urge impedir a derrocada da Escola Pública em Portugal" à população sobre o violento ataque à escola Publica vindo do governo, criando dificuldades no arranque do ano lectivo.
16 de Setembro – Festa da Juventude (Interjovem) – Jardim Público da Covilhã.
17 de Setembro – Recepção ao SEAE em Gouveia – concentração de protesto. Estas acções junto dos membros do governo inserem-se num conjunto de acções decididas pela direcção do SPRC de estar presente e fazer sentir o protesto dos professores contra as políticas ruinosas desencadeadas pelo governo.
18 de Setembro – Recepção ao ministro da Economia em Oleiros – concentração de protesto.
23 de Setembro – Protesto junto ao Ministro da Administração Interna, em Campia, Vouzela.
25 de Setembro – Reunião com o Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, designadamente sobre a situação da ESTG de Oliveira do Hospital e sobre a situação financeira no IPC.
27 de Setembro – Reunião com educadoras de infância do Distrito de Leiria, em funções no ensino privado, em processo de despedimento.
29 de Setembro – "Todos a Lisboa!", Manifestação convocada pela CGTP-IN contra o roubo nos salários, pensões e reformas, contra austeridade. Tratou-se de uma grande acção de luta, a maior manifestação realizada em Portugal nos 20 anos.

Outubro

É posta a correr uma Petição promovida pela FENPROF e por organizações representativas dos funcionários não docentes das escolas, dos inspectores e dos pais e encarregados de educação (FNSTFPS, SIEE e CONFAP, respectivamente) exigindo que não haja mais cortes no Orçamento da Educação.
1 de Outubro – Dia Nacional de Acção e Luta com a realização de Plenários Distritais em toda a região.
3 de Outubro – Reunião com Reitor da UBI sobre a criação de uma Comissão Paritária para resolução de conflitos existentes entre trabalhadores e entidade patronal – Covilhã.
5 de Outubro – Dia Mundial dos Professores – em Coimbra, a Praça da República foi a Praça dos Professores. Foram descerradas lápides toponímicas neste grande largo de Coimbra e foi aprovada a Declaração dos Professores, depois enviada para Governo, Presidente da República, Assembleia da República e Internacional de Educação. Mais de 1500 professores participaram nesta acção. Homenagem a Rómulo de Carvalho/António Gedeão por Frederico Carvalho (seu filho), Vice-Presidente do Conselho Executivo da Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos e Presidente da OTC, e Manuel Freire. Os presentes desfilaram, depois até à Praça 8 de Maio, na Baixa de Coimbra.
5 a 13 de Outubro – Marcha contra o Desemprego iniciou-se em Braga e Vila Real de Santo António e passou por todos os distritos, acabando com uma enorme manifestação em Lisboa. Na região centro a Marcha contra o Desemprego ocorreu em Aveiro e Viseu (8 de Outubro), Coimbra e Figueira da Foz (9 de Outubro), em Covilhã, Fundão e Castelo Branco, Guarda, Seia e Gouveia e Pombal, Leiria e Marinha Grande (10 de Outubro).
10 de Outubro – Plenários Distritais "Dia Nacional de Acção e de Luta". Agir contra o ataque ao emprego docente; combater as políticas recessivas que atacam a escola pública e a qualidade da educação; organizar a acção e a luta a partir dos locais de trabalho, em Aveiro, Covilhã, Castelo Branco, Figueira da Foz, Guarda, Leiria e Pombal.
12 de Outubro – Buzinão contra as Portagens A23, A24 e A25 – Covilhã e Viseu.
12 de Outubro – Reunião com docentes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.
18 de Outubro – reunião com a Presidência do Instituto Politécnico da Guarda sobre os problemas sentidos na instituição, decorrentes do subfinanciamento do ensino superior e sobre aplicação do regulamento de Avaliação do Desempenho.
24 de Outubro – Reunião com docentes do Instituto Politécnico de Castelo Branco na Escola Superior Agrária – Castelo Branco.
24 de Outubro – reunião com a Presidência do Instituto Politécnico de Viseu sobre os problemas relacionados com Regulamento de Avaliação do Desempenho.
25 de Outubro – reunião com a Presidência do Instituto Politécnico de Coimbra sobre os problemas sentidos na instituição, decorrentes do subfinanciamento do ensino superior e sobre aplicação do Regulamento de Avaliação do Desempenho.
28 de Outubro – Marcha contra as portagens A23, A24 e A25 no "Trilho dos abraços" entre Boibobra e Ferro.
30 de Outubro – Plenário Distrital de Professores e Educadores, em Coimbra, com a presença de Mário Nogueira, sobre os motivos que justificavam a adesão os professores à Greve Geral.
31 de Outubro – Concentração junto à Assembleia da República, com Manifestação Nacional da Administração Pública, por ocasião da votação do OE2013 na generalidade. A CGTP-IN aprovou uma série de propostas alternativas às defendidas pelo governo, as quais, no conjunto, caso viessem a ser adoptadas tornariam desnecessárias medidas adicionais de austeridade e reanimariam a economia interna do país, sem desvalorização dos rendimentos do trabalho. A CGTP-IN aprovou um documento com várias medidas que permitiriam obter uma receita adicional/poupança do Estado, na ordem dos 20 mil milhões de euros.

Novembro

2 de Novembro – Reunião com representantes dos professores contratados do Conservatório de Música de Coimbra para troca de impressões e articulação de trabalho sobre a situação de continuada precariedade ali vivida por uma grande parte dos docentes.
3, 9, 10, 16 e 17 de Novembro – Leiria, Acção de Formação "Do Conflito à Solução… Abordagem de situações críticas na sala de aula"
6 de Novembro – Plenário de Professores e Educadores, em Castelo Branco e Covilhã, com a presença de Mário Nogueira, sobre os motivos que justificavam a adesão os professores à Greve Geral.
12 e 26 de Novembro – Reuniões com educadoras de infância do sector privado em Águeda.
12 de Novembro – reunião com vice-Reitor da Universidade de Coimbra sobre a aplicação do Regulamento de Avaliação do Desempenho e o financiamento do ensino superior.
14 de Novembro – Convocada Greve Geral por um Portugal com futuro! Reafirmou as propostas alternativas da CGTP-IN apresentadas aos partidos políticos e ao Governo, bem como ao Presidente da República e que, só por manifesta falta de vontade política ou por cinismo económico e social, levaram a que não fossem adoptadas, nem sequer consideradas na elaboração da proposta de Orçamento de Estado. Esta greve registou o maior número de escolas encerradas dos últimos anos.
14 de Novembro – protestos públicos em dia de Greve Geral, em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, com forte apelo à participação de professores contratados e desempregados.
15 de Novembro – No âmbito da programação do Departamento de Professores Aposentados, realizou-se mais iniciativa de convívio e debate, desta feita em Miranda do Corvo e Lousã, com partida e chegada de Coimbra.
22 de Novembro – reunião na reitoria da Universidade de Aveiro sobre a 2.ª versão de regulamento de Avaliação do Desempenho, com vista à sua negociação e sobre financiamento do ensino superior.
27 de Novembro – Concentração de trabalhadores da Administração Pública em frente à Assembleia da República, por ocasião da votação final do Orçamento de Estado 2013.

Dezembro

8 de Dezembro – Grande Manifestação Nacional, realizada em dois locais no país e convocada, mais uma vez, pela CGTP-IN, sendo que no Porto saiu do Campo 24 de Agosto, em defesa de outra política e outro governo, contra a exploração de que o Povo está a ser alvo.
18 de Dezembro – De forma a preparar a intervenção dos delegados do SPRC na 7.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados, realizou-se em Coimbra, um Encontro Regional de docentes aposentados com a participação de Anabela Sotaia, coordenadora adjunta do SPRC que abriu e encerrou os trabalhos, Eugénio Rosa, que falou sobre as medidas de austeridade e a sua influência na economia do país e nas finanças do Estado, bem como da sua influência na vida dos cidadãos. Fátima Canavezes e Casimiro Menezes, falaram da Inter-Reformados e do MURPI, estruturas fundamentais e intervenientes no combate contra as políticas que atacam os direitos dos reformados e aposentados, bem como dos idosos de um modo geral. O Encontro aprovou ainda as bases reivindicativas dos professores aposentados da região centro e propostas para a 7.ª Conferência Nacional.
28 de Dezembro – Entrega no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra da acção administrativa comum relativa à não aplicação da Directiva Comunitária 1997/79/CE do Conselho Europeu (vinculação dos professores contratados).
Ao longo do ano de 2012, o SPRC realizou várias reuniões de coordenação de trabalho com delegados e dirigentes sindicais, em todos os distritos e reuniões sindicais em três períodos distintos (Fevereiro/Março, Abril/Maio e Outubro/Novembro/Dezembro).
Para além da realização de reuniões com os professores em geral e entre dirigentes e delegados sindicais, o SPRC participou nos Plenários de Sindicatos das respectivas Uniões de Sindicatos e nas estruturas directivas das Uniões, em todos os casos que as integrava.

Pela mudança de políticas e de governo! Lutar pela defesa da Profissão e da Escola Pública!

Portugal vive um dos períodos mais difíceis da sua história desde a Revolução de Abril, agudizando-se o ataque contra os trabalhadores e tendo como pano de fundo a maior recessão económica dos últimos 40 anos, um enorme retrocesso social e civilizacional, uma profunda degradação da democracia, a que está associada a perda de soberania resultante de intromissão estrangeira na orientação política do Estado.

O Orçamento do Estado para 2013 é peça que pretende intensificar e ampliar o ataque do governo aos trabalhadores, aos jovens, aos reformados e à organização democrática do Estado. Desde o aumento brutal dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e pensões até ao agravamento geral das condições de vida, passando pela fragilização das relações de trabalho, o governo quer levar o mais longe possível a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo, através da liquidação de direitos e conquistas sociais. O roubo e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores, pensionistas e pequenos e médios empresários acontecem em simultâneo com o encerramento e a degradação dos serviços públicos.

Os portugueses não estão a pagar impostos e a sofrer cortes nos seus salários para melhorar os serviços do Estado. Os portugueses estão a ser roubados pelo Governo. O Governo rouba os portugueses que vivem do seu trabalho e das suas pensões e de seguida entrega o nosso dinheiro aos bancos e outras empresas do setor financeiro. É a agiotagem dos juros exorbitantes, é a chamada recapitalização dos bancos, são os buracos provocados por roubos à descarada (BPN, BPP) resolvidos com o nosso dinheiro, são as rendas milionárias pagas nas parcerias público privadas, nomeadamente nos sectores rodoviário, da saúde, da educação e da justiça, mais o que ainda nos falta saber.

Ao empobrecimento e exploração, junta-se o ataque aos serviços públicos em geral, estando em marcha uma reconfiguração do Estado com grande implicação nas suas funções sociais que visa pôr em causa princípios universais e solidários do direito e acesso de todos à educação, à saúde e à segurança social, entre outros bens públicos. Não satisfeito com o autêntico roubo que está em curso, o governo do PSD e do CDS vem agora querer impor um corte de 4.000 milhões de euros nas chamadas funções sociais do Estado. Tal corte, se fosse concretizado [e só não o será se a luta do povo o impedir], seria a desgraça do sistema público de educação, do serviço nacional de saúde e da segurança social. Na Educação, significaria seguramente o despedimento (com nome de mobilidade especial) de dezenas de milhar de professores e a ruína da Escola Pública.

É neste contexto que o SPRC considera fundamental o aumento da disponibilidade de todos, incluindo os professores, para a intensificação da luta e acção sindical, com um forte e activo envolvimento nas acções organizadas pela CGTP e pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública contra a brutal ofensiva em curso, tendo em vista a mudança de política, a mudança de governo e a criação de condições para uma política alternativa que assegure o fim do "Memorando da troika", o aumento da produção nacional, a defesa e reforço das funções sociais do Estado, o aumento dos salários e pensões e a revisão das normas gravosas da legislação laboral dos sectores público e privado e uma ajustada distribuição da riqueza nacional. Neste sentido, o SPRC reafirma como seus objectivos reivindicativos a concretização das propostas da CGTP-IN para combate à crise e o reforço do papel do Estado na realização das suas funções sociais, particularmente importantes em tempo de fragilização da situação social das populações, nomeadamente das mais desfavorecidas. O SPRC continuará, ainda, a empenhar-se solidariamente em acções de defesa dos direitos de cidadania, em áreas como a luta contra as portagens na ex-SCUT, a defesa da água como bem público e outras que entretanto venham a surgir e que, pela sua natureza, se torne importante aderir.

No forte ataque às funções sociais do Estado, a Educação tem sido um dos sectores mais atingido, através de políticas e medidas de cariz economicista e matriz neoliberal que têm vindo a pôr em causa a Escola Pública de matriz democrática, a qualidade de ensino, as condições de trabalho, os direitos sociais e profissionais, a estabilidade e o emprego dos professores. São exemplos destas medidas, entre outras, o subfinanciamento das escolas, com particular incidência no ensino superior e na investigação, os cortes salariais de natureza diversa, o roubo dos subsídios, o congelamento das progressões, o aumento da precariedade e do desemprego, o agravamento dos horários de trabalho, o aumento do número de alunos por turma, o empobrecimento dos currículos, a eliminação de apoios a alunos com necessidades educativas especiais, a criação de cada vez mais mega-agrupamentos de escolas e o encerramento de milhares de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico.

No sentido de combater estas políticas e na defesa da Profissão e da Escola Pública de matriz democrática, o SPRC envolver-se-á de forma empenhada e participará activamente nas iniciativas a realizar pela FENPROF ao longo do ano 2013, que até ao final do ano lectivo se traduzirão, para já, nas seguintes:

- **Manifestação Nacional dos Professores** de 26 de Janeiro;
- **Semana de Luto e em Luta pela Profissão e em defesa da Escola Pública**, de 18 a 22 de Fevereiro;
- **Organização de um Dia D de debate** para aprovação de propostas e lutas de combate às medidas muito negativas a aplicar à Educação decorrentes do OE 2013;
- **Campanha Nacional em defesa da Escola Pública**, que terá lugar no 3.º período lectivo.

2013 é, ainda, o ano do 11.º Congresso da FENPROF. Um congresso onde a FENPROF deverá continuar a afirmar-se como uma organização forte e actuante, assumindo, de forma consequente e intransigente, os interesses e direitos dos docentes e investigadores, das escolas e da Educação. Neste âmbito, o SPRC contribuirá de forma empenhada com a disponibilidade e trabalho de todos os seus dirigentes para o reforço e vitalidade da FENPROF. Da mesma forma, estará disponível para lutas conjuntas com outras organizações representativas de professores e/ou outros agentes educativos, desde que esta convergência de acção se constitua para a defesa das causas e dos princípios em que o SPRC se revê e para que se atinjam os objectivos democráticos a que se propõe.

No âmbito do SPRC, continuaremos a luta intransigente pelos legítimos direitos de todos os nossos associados, do sector público e do privado, estejam no activo, desempregados ou aposentados. Para tal continuaremos a desenvolver e reforçaremos, onde seja possível, um sindicalismo dinâmico e de massas, assumindo a participação cívica nos locais de trabalho e na rua como elemento determinante para a dignificação da Profissão e da construção de uma Escola Pública e Democrática que contribua para o desenvolvimento do país e dos portugueses.

A importância da acção organizada dos professores, educadores e investigadores em defesa de melhores condições de exercício profissional e do respeito pela profissão e pelo seu insubstituível papel social, a par da sua acção no quadro da intervenção geral dos trabalhadores, exige também, quer da Direcção, quer de todos os quadros sindicais, quer ainda de cada associado, um esforço pelo crescimento de sindicalização, como única forma de garantir a matriz sindical deste sindicato. ■

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO SPRC PARA 2013

	Proposta Orçamento 2012	Proposta Orçamento 2013
Regionais		
Direcção	7 500,00	5 000,00
CFRC	100,00	100,00
DD/Assembleias de Delegados	16 000,00	12 000,00
Sectores	1 000,00	1 000,00
Departamentos	1 500,00	1 000,00
Outras reuniões	6 000,00	8 000,00
Reuniões FENPROF	2 000,00	3 500,00
Actividade sindical	18 000,00	14 000,00
	52 100,00	**44 600,00**
Iniciativas		
Plenários/Manifestações	30 000,00	50 000,00
Encontros/Conf./Seminários	4 500,00	1 500,00
Cultural/Recreativa/25 de Abril/Aniv.	3 500,00	3 500,00
Jornadas Pedagógicas	0,00	0,00
	38 000,00	**55 000,00**
Informação		
RCI (Concepção/expedição – 3 edições)	6 500,00	20 000,00
Reprografia SPRC e exterior	70 000,00	65 000,00
Material de Reprografia	40 000,00	35 000,00
Assinaturas (DR, jornais e revistas)	3 000,00	3 000,00
	119 500,00	**123 000,00**
Formação		
Centro de Formação SPRC	1 000,00	1 000,00
Instituto Irene Lisboa	0,00	0,00
	1 000,00	**1 000,00**
Serviço de Apoio a Sócios		
Serviços Jurídicos	150 000,00	150 000,00
	150 000,00	**150 000,00**
FENPROF		
Quotização	190 800,00	190 800,00
	190 800,00	**190 800,00**
Fundo de Solidariedade		
Fundo de Solidariedade	600,00	2 000,00
	600,00	**2 000,00**
CGTP-IN		
Quotização (Central e Uniões Distritais)	140 000,00	135 000,00
	140 000,00	**135 000,00**
DESPESAS DE DIREÇÃO		**701 400,00**

Fornecedores de Serviços externos		
Electricidade	24 000,00	24 000,00
Combustíveis	30 000,00	16 000,00
Água	3 000,00	3 000,00
Outros fluídos	150,00	150,00
Material de desgaste rápido	2 500,00	2 500,00
Material de escritório	38 000,00	22 000,00
Rendas/alugueres – aluguer de Viaturas	60 000,00	60 000,00
	157 650,00	**127 650,00**
Serviços Terceiros		
Contabilidade	15 000,00	15 000,00
Transportes (Pessoal e encargos)	3 000,00	1 000,00
Comunicações:		
Redes fixas (incluindo fax)	40 000,00	8 000,00
Redes móveis (Voz)	50 000,00	40 000,00
Redes móveis (Dados)		15 000,00
Internet	15 000,00	5 000,00
Correio (Administrativo e Sindical)	90 000,00	80 000,00
Seguros	10 000,00	10 000,00
	223 000,00	**174 000,00**
Fornecedores de Serviços		
Cont./Notariado	15 000,00	25 000,00
Cons./Repar./Manutenção Viat.	35 000,00	30 000,00
Vigilância	4 000,00	4 000,00
Publicidade/Propaganda	15 000,00	10 000,00
Limpeza/Higiene	20 000,00	15 000,00
Trabalhos especializados	4 000,00	4 000,00
Outros serviços	5 000,00	5 000,00
Conservação das instalações	9 000,00	10 000,00
	107 000,00	**103 000,00**
Impostos		
Impostos	15 000,00	20 000,00
	15 000,00	**20 000,00**
Pessoal		
Remunerações	500 000,00	500 000,00
Subsídio de Alimentação	40 000,00	40 000,00
Serviços de Apoio	0,00	0,00
Segurança Social	126 000,00	130 000,00
Seguro de Acidentes Pessoais	5 000,00	6 500,00
Outros gastos/custos (baixas,...)	3 000,00	2 000,00
	674 000,00	**678 500,00**
Aquisições		
Equipamento básico e mobiliário	0,00	0,00
Equipamento informático	1 000,00	1 500,00
Equipamento de reprografia	0,00	0,00
Documentação	0,00	0,00
Equipamento de comunicação	1 000,00	1 500,00
Equipamento transporte e carga	0,00	0,00
Imobiliário	0,00	0,00
	2 000,00	**3 000,00**
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO		**1 106 150,00**

Despesas Bancárias

Transferências	6 000,00	6 000,00
Encargos com financiamentos	3 500,00	3 500,00
Outras	0,00	0,00
	9 500,00	**9 500,00**

Amortizações anos anteriores

Sedes (hipotecas) e Leasing´s	45 000,00	45 000,00
	45 000,00	**45 000,00**

DESPESAS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	**54 500,00**

	Proposta Orçamento 2012	Proposta Orçamento 2013
Orçamento das Direcções Distritais – 2013		
Direcção Distrital de Aveiro	15 611,13	15 611,13
Direcção Distrital de Castelo Branco	18 275,04	18 275,04
Direcção Distrital de Coimbra	19 159,11	19 159,11
Direcção Distrital da Guarda	14 637,24	14 637,24
Direcção Distrital de Leiria	17 129,34	17 129,34
Direcção Distrital de Viseu	25 550,73	25 550,73
	110 362,59	**110 362,59**

Quadros de síntese

Resumo de Despesas		
Despesas da Direcção	692 000,00	701 400,00
Despesas de Funcionamento	1 186 150,00	1 106 150,00
Despesas investimento e financeiros	47 000,00	54 500,00
	1 925 150,00	**1 862 050,00**
Resumo de Receitas		
Quotizações	1 819 458,00	1 798 050,00
Reposição verbas pela FENPROF		6 000,00
Reposição verbas (Direcções Distritais)		20 000,00
Plenários/Manifestações (donativos participantes)		5 000,00
Contencioso/Notariado		23 000,00
Formação	92 265,00	0,00
Serviços prestados	0,00	1 000,00
Juros		4 000,00
Outras receitas	13 427,00	5 000,00
	1 925 150,00	**1 862 050,00**

Demonstração individual dos resultados por naturezas
De Janeiro até Dezembro

Rubricas	Exercício 2012	Exercício 2011
Quotizações	2.069.385,78	2.163.560,55
Despesas com Actividade Sindical	(830.141,13)	(826.948,44)
Fornecimentos e Serviços Externos	(539.517,81)	(546.458,55)
Gastos com o Pessoal	(778.426,44)	(784.420,68)
Outros Rendimentos e Ganhos	13.668,73	5.497,66
Outros Gastos e Perdas	(22.488,30)	(17.642,11)
	(87.519,17)	**(6.411,57)**
Resultado Operacional	(87.519,17)	(6.411,57)
Juros e Gastos Similares Suportados	(13.722,60)	(11.613,66)
Resultados Antes dos Impostos	(101.241,77)	(18.025,23)
Resultado Líquido do Período	**(101.241,77)**	**(18.025,23)**

Balanço individual. Dezembro 2012

Rubricas	Exercício 2012	Exercício 2011
Activo		
Activo não Corrente		
Activos Fixos Tangíveis	878.430,04	860.517,65
Activos Intangíveis	997,60	997,60
Outros Activos Financeiros	150.000,00	150.000,00
	1.029.427,64	**1.011.515,25**
Activo Corrente		
Movimento Sindical	23.642,95	22.396,32
Estado e Outros Entes Públicos	2.500,32	992,10
Outras Contas a Receber	57.760,64	60.293,99
Diferimentos		1.427,36
Caixa e Depósitos Bancários	480.796,44	655.830,66
	564.700,35	**740.940,43**
Total do Activo	**1.594.127,99**	**1.752.455,68**
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio:		
Fundo Sindical	1.313.765,38	1.334.790,61
Outras Reservas	192.000,00	192.000,00
	1.508.765,38	1.526.790,61
Resultado Líquido do Período	(101.241,77)	(18.025,23)
	1.407.523,61	**1.508.765,38**
Total do Capital Próprio		**1.508.765,38**
Passivo Corrente:		
Fornecedores	900,00	1.596,21
Estado e Outros Entes Públicos	22.258,85	20.083,62
Outras Contas a Pagar	2.388,20	2.575,25
Financiamentos Obtidos	64.773,63	113.167,81
Diferimentos	96.283,50	106.267,41
Total do Passivo	**186.604,18**	**243.690,30**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**1.594.127,79**	**1.752.455,68**

Regulamento Regional do SPRC

A - Aplicação do Art.º 4.º, n.º 2 a) e b) do Regulamento do 11.º Congresso Nacional dos Professores.

Em 31 de Outubro de 2012, para efeitos de determinação do número de delegados global de cada Sindicato membro da FENPROF, apurou-se a existência de 12.027 associados do SPRC com situação regularizada, nos termos dos seus Estatutos, integrando docentes que se encontram no activo, dentro e fora da região, bem como docentes desempregados e aposentados.

O total de delegados a eleger pelo SPRC é de 116 num total nacional de 502, representando, dessa forma, 23,2% dos delegados eleitos ao 10.º Congresso Nacional dos Professores.

Tendo em conta o elevado número de professores aposentados e desempregados, associados do SPRC, realizar-se-ão reuniões específicas para eleger os seus respectivos delegados em cada distrito.

A distribuição de delegados tem correspondência com o número de associados em cada distrito e, dentro destes, com a representatividade de cada nível e grau de ensino;

As direcções distritais do SPRC deverão apresentar as suas propostas de calendário de reuniões nas quais serão eleitos os delegados. Tais reuniões poderão ser de escola, conjuntos de escolas, de Jardim de infância, de agrupamentos de escolas e jardins de infância, concelhias, distritais ou, ainda, inter-distritais;

As reuniões destinadas à eleição dos delegados da região centro ao 10.º Congresso Nacional dos Professores serão devidamente divulgadas, quer através de convocatória própria a enviar para os locais de trabalho, quer através de divulgação nos órgãos de informação do SPRC;

Nas reuniões que incluam na sua ordem de trabalhos um momento para a eleição dos delegados ao 11.º Congresso Nacional dos Professores, integrando outras matérias de interesse sindical geral, podem ter a participação de docentes não sindicalizados, sendo que apenas os sócios poderão participar na eleição de delegados;

As direcções distritais deverão reservar, até 23 de Abril de 2013, um dia de reunião para realização de uma reunião onde serão eleitos os delegados que não foi possível eleger ao longo de todo o período eleitoral. Nestes plenários não poderão ser eleitos mais de 20% do total de delegados do distrito;

B - Quota de Delegados a preencher nos termos do ponto 6, do Art.º 4.º do Regulamento do 11.º Congresso Nacional dos Professores

O SPRC tem direito a 12 delegados, ao abrigo do disposto no ponto 6, do Art.º 4.º do Regulamento do 11.º Congresso Nacional dos Professores;

Segundo este, "Estes delegados destinam-se a permitir a representação de Corpos Gerentes que estão fora das suas escolas, ou outros professores sindicalizados que, de momento, exerçam tarefas fora da sua escola (investigação, orientação, etc.)";

A Direcção Regional do SPRC decidiu adoptar os seguintes critérios e prioridades para preenchimento destes lugares:

• Membros da Direcção Regional que se encontram "a tempo inteiro" no SPRC e não fazem parte dos Corpos Gerentes da FENPROF;

• Membros da Direcção, eleitos pelas Direcções Distritais, que se encontram a "tempo inteiro" no SPRC e não fazem parte dos Corpos Gerentes da FENPROF. Neste caso, se for superior o número de dirigentes a considerar, haverá uma proporção na representação distrital de acordo com o número de sindicalizados do distrito;

• Outros docentes ou investigadores que exerçam funções fora dos estabelecimentos de educação e ensino. Neste caso só se verificará a designação de delegados caso não tenham sido preenchidos todos lugares atribuídos para este efeito no âmbito descrito em a) e b), deste ponto. ■

C - Quadro da distribuição dos Delegados. Distribuição por distritos, níveis de educação e ensino e situação profissional.

Distrito	Aveiro	C. Branco	Coimbra	Guarda	Leiria	Viseu	Totais Globais
Pré-Escolar	1	1	3	2	2	4	13
1.º Ciclo E Básico	2	1	5	2	3	7	20
2.º e 3.º CEB e SEC	5	4	15	3	6	10	43
Ensino Especial	1	1	3	1	1	1	8
Ens Part e Coop	0	0	2	1	1	0	4
IPSS/Misericórdias	1	1	1	0	0	0	3
Ensino Superior	1	1	2	0	1	0	5
Desempregados	2	2	2	0	2	1	9
Aposentados	2	1	4	0	1	1	9
Fora da Região							2
Totais	**15**	**12**	**37**	**9**	**17**	**24**	**116**

Reuniões de preparação do XI Congresso Nacional dos Professores

AVEIRO

Educação Pré-Escolar

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
12 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	1	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

1º Ciclo do Ensino Básico

19 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	2	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

2º e 3º Ciclos Ensino Básico e Secundário

11 de abril	16h30	Escola Secundária Marques Castilho	5	Agrupamentos de Escolas de Águeda, Águeda Sul e Valongo do Vouga; Escola Secundária Adolfo Portela; Agrupamentos de Escolas de Anadia e de Oliveira do Bairro
16 de abril	16h30	Escola Secundária Jaime Magalhães Lima	2	Agrupamentos de Escolas de Aradas, Aveiro, Cacia, Eixo, Esgueira, Oliveirinha, S. Bernardo; Escolas Secundárias José Estêvão e Mário Sacramento; Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian; Agrupamentos de Escolas de Ílhavo, Gafanha da Nazaré e Gafanha da Encarnação; Agrupamento de Escolas de Vagos; Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos
18 de abril	16h30	Escola Secundária de Estarreja	1	Agrupamentos de Escolas de Albergaria-a-Velha e Branca; Agrupamentos de Escolas de Avanca, Estarreja e Pardilhó; Escola Secundária de Estarreja; Agrupamentos de Escolas da Murtosa e Torreira; Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga

Educação Especial

17 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	1	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

Ensino Superior

15 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	1	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

8 de abril	18h00	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	1	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

Desempregados

9 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	2	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

Aposentados

10 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC	2	Docentes da área sindical do SPRC correspondente ao Distrito de Aveiro

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

23 de abril	16h30	Sede da Direcção Distrital de Aveiro do SPRC		Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito de Aveiro.

CASTELO BRANCO

Educação Pré-Escolar

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
22 de abril	18h00	ES/3 Qtª das Palmeiras Covilhã	1	Todos os educadores de infância a leccionar no distrito de Castelo Branco em Jardins de Infância públicos.

1º Ciclo do Ensino Básico

22 de abril	18h00	ES/3 Qtª das Palmeiras Covilhã	1	Professores do 1º CEB e AEC a leccionar nas escolas públicas do distrito de Castelo Branco.

2º e 3º Ciclos Ensino Básico e Secundário

22 de abril	18h00	ES Amato Lusitano Castelo Branco	2	Professores do 2º e 3º CEB e Secundário a leccionar nas escolas públicas dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.
22 de abril	18h00	ES/3 Qtª das Palmeiras Covilhã	2	Professores do 2º e 3º CEB e Secundário a leccionar nas escolas públicas dos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão.

Ensino Especial

18 de abril	17h00	ES/3 do Fundão	1	Todos os docentes do Ensino Especial a leccionar no distrito de Castelo Branco.

IPSS/ISS/Misericórdias

15 de abril	18h00	SPRC Covilhã	1	Todos os docentes do Ensino Particular e Cooperativo, das IPSS e dos Infantários do ISS do distrito de Castelo Branco.

Ensino Superior

18 de abril	15h00	Universidade da Beira Interior – Pólo 1	1	Todos os docentes e investigadores a leccionar na Universidade da Beira Interior e nas Escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Desempregados

10 de abril	15h00	**SPRC Castelo Branco**	1	Docentes dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão
10 de abril	15h00	SPRC Covilhã	1	Docentes dos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão.

Aposentados

9 de abril	15h00	SPRC Castelo Branco	1	Docentes dos distritos de Castelo Branco.

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

23 de abril	18h00	SPRC Covilhã		Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito de Castelo Branco.

COIMBRA

Educação Pré-Escolar

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
8 de abril	17h00	Conservatório de Música de Coimbra – Pré-Escolar – Auditório Grande	3	Todos os Concelhos do Distrito mais Mealhada

1º Ciclo do Ensino Básico

14 de março	17h00	Figueira da Foz - 1º CEB Auditório do Sítio das Artes (antigas instalações da Universidade Internacional	1	Todos os docentes da Figueira da Foz e Montemor-o-Velho
8 de abril	17h00	Conservatório de Música de Coimbra – 1º CEB – Auditório Grande	4	Todos os Concelhos do Distrito mais Mealhada, excepto Figueira da Foz e Montemor-o-Velho

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

11 de março	17h00	Auditório – EB 2/3 de Condeixa	1	Escola Secundária Fernando Namora, EB 2/3 de Condeixa, EBI Penela, Esc. Secundária Martinho Árias - Soure, EB 2 Soure
12 de março	17h00	Auditório da Secundária da Mealhada	2	EB 2/3 da Mealhada, EB 2/3 Pampilhosa do Botão, Escola Secundária Maria Cândida - Mira, EB 2 de Mira, EB 2/3 Carlos Oliveira - Febres, Escola Secundária de Cantanhede, EB 2/3 de Cantanhede
14 de março	17h00	Auditório do Sítio das Artes (antigas instalações da Universidade Internacional) Figueira da Foz	3	EB 2/3 João de Barros - Figueira da Foz, Escola Secundária Joaquim de Carvalho - Figueira da Foz, Escola Secundária Cristina Torres - Figueira da Foz, Escola Secundária Bernardino Machado - Figueira da Foz, EB 2/3 Infante D. Pedro - Buarcos, EB 2/3 Pedrosa Veríssimo - Paião, EB 2/3 Pintor Mário Augusto - Alhadas, Escola Secundária Montemor-o-Velho, EB 2/3 Montemor-o-Velho, EB 2/3 José Santos Bessa - Carapinheira, EB 2 Pereira, EB 2/3 Arazede, EB 2/3 João Garcia Bacelar - Tocha
2 de abril	17h00	Auditório da EB 2/3 de Penacova	1	EB 2/3 e Secundária de Penacova, Escola Secundária S. Pedro de Alva, Escola Secundária de Arganil, EB 2/3 de Argani, EB 2/3 Mendes Ferrão - Coja, Escola Secundária de Tábua, EB 2 de Tábua, EB 2/3 de Midões, Escola Secundária de Oliveira do Hospital, EB 2/3 Cordinha, EB 2/3 Lagares da Beira, EB 2/3 Ponte das Três Entradas
4 de abril	17h00	Escola Secundária da Lousã – Sala de Professores	1	Escola Secundária da Lousã, EB 2/3 da Lousã, EB 2/3 e Secundária José Falcão - Miranda do Corvo, EB 2/3 Ferrer Correia - Senhor da Serra, EB 2/3 e Secundária Dr. Daniel de Matos - Poiares, EB 2/3 de Gois, EB 2/3 e Secundária Pampilhosa da Serra
8 de abril	17h00	Conservatório de Música de Coimbra – Auditório Grande	7	Conservatório de Música de Coimbra, EB 2/3 Alice Gouveia, EB 2/3 de Ceira, EB 2/3 Eugénio de Castro, EB 2/3 Inês de Castro, EB 2/3 Martim de Freitas, EB 2/3 Rainha Santa Isabel, EB 2/3 S. Silvestre, EB 2/3 Silva Gaio, EB 2/3 Taveiro, Escola Secundária Avelar Brotero, Escola Secundária D. Dinis, Escola Secundária D. Duarte, Escola Secundária Infanta Dª Maria, Escola Secundária Jaime Cortesão, Escola Secundária José Falcão, Escola Secundária Quinta das Flores

Educação Especial

10 de abril	17h00	SPRC – Pr. da República	3	Ensino Especial

IPSS e Misericórdias

3 de abril	18h00	SPRC – Pr. da República	1	IPSS

Ensino Particular e Cooperativo

9 de abril	18h00	SPRC – Pr. da República	2	Ensino Particular

Professores do Ensino Superior

15 de abril	17h00	SPRC – Pr. da República	2	Ensino Superior

Professores Desempregados

15 de abril	17h00	SPRC – Pr. da República	2	Desempregados

Aposentados

9 de abril	10h00	SPRC – Pr. da República	4	Aposentados

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

15 de abril	17h00	SPRC – Pr. da República	1*	Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito de Coimbra. Fora da região centro.

* Delegado a eleger de entre docentes que se encontram em exercício de funções fora da região centro. Serão também eleitos os delegados que não tenha sido possível eleger noutras reuniões e cujo número só se conhecerá nesta data.

GUARDA

Particular e Cooperativo

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
5 de abril	10h00	Direcção Distrital da Guarda	1	Profs. do Ensino Particular e Cooperativo do Distrito da Guarda

Educação Pré-Escolar

11 de abril	18h00	Auditório EB1 Augusto Gil	1	Concelhos de Guarda, Celorico Beira, Manteigas, Almeida, Pinhel, Figueira Castelo Rodrigo, Sabugal, Fornos de Algodres, Trancoso, Mêda e Vila Nova de Foz Côa
15 de abril	17h00	Escola Dr. Guilherme Correia de Carvalho	1	Concelhos de Seia e Gouveia

1.º Ciclo do Ensino Básico

11 de abril	18h00	Auditório EB1 Augusto Gil	2	Concelhos de Guarda, Celorico Beira, Manteigas, Almeida, Pinhel, Figueira Castelo Rodrigo, Sabugal, Fornos de Algodres, Trancoso, Mêda e Vila Nova de Foz Côa
15 de abril	17h00	Escola Dr. Guilherme Correia de Carvalho	1	Concelhos de Seia e Gouveia

2.º, 3.º CEB e Secundário

11 de abril	18h00	Auditório EB1 Augusto Gil	2	Escolas Secundárias Afonso Albuquerque e da Sé; Agrupamentos de escolas da Área Urbana da Guarda, Carolina Beatriz Ângelo, S. Miguel, Manteigas, Pinhel, Almeida, Sabugal, Figueira Castelo Rodrigo, Celorico Beira, Fornos de Algodres, Trancoso, Mêda e Vila Nova de Foz Côa
15 de abril	17h00	Escola Dr. Guilherme Correia de Carvalho	1	Agrupamentos de escolas de Seia, Dr. Guilherme Correia de Carvalho e Gouveia

Educação Especial

12 de abril	10h00	Direcção Distrital da Guarda	1	Profs. da Educação Especial do Distrito da Guarda

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

19 de abril	10h00	**Direcção Distrital da Guarda**		Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito da Guarda.

LEIRIA

Educação Pré-Escolar

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
10 de abril	17h00	Pombal – EBI Gualdim Pais	1	Docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal
17 de abril	17h00	Leiria – EB2,3 D. Dinis	1	Docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Marinha Grande, Nazaré, Porto de Mós e Leiria

1.º Ciclo do ensino Básico

10 de abril	17h00	Pombal – EBI Gualdim Pais	1	Docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal
17 de abril	17h00	Leiria – EB2,3 D. Dinis	2	Docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Marinha Grande, Nazaré, Porto de Mós e Leiria

2.º, 3.º CEB e Secundário

6 de março	17h00	Pombal – ES/3ºCEB de Pombal	2	Docentes dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário dos concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pombal
10 de abril	17h00	Alcobaça – EB2,3 Frei Estevão Martins	1	Docentes dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário dos concelhos de Alcobaça e Názaré
17 de abril	17h00	Leiria – ES Francisco Rodrigues Lobo	3	Docentes dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário dos concelhos de Batalha, Marinha Grande, Porto de Mós e Leiria

Ensino Superior

6 de março	9h30	Leiria – Escola Superior de Tecnologia e Gestão	1	Docentes das Escolas Superior de Tecnologia e Gestão, Superior de Educação e Ciências Sociais e Superior de Saúde

Educação Especial

11 de abril	17h00	Leiria – EB2,3 Dr. Correia Mateus	1	Docentes da Educação Especial de todos os concelhos da área sindical

Ensino Particular e Cooperativo

4 de abril	18h00	Leiria – Sede da DDL	1	Docentes do Ensino Particular e Cooperativo de todos os concelhos da área sindical

Aposentados

4 de abril	16h00	Leiria – Sede da DDL	1	Docentes Aposentados de todos os concelhos da área sindical

Desempregados

19 de abril	9h30	Leiria – Sede da DDL	2	Docentes Desempregados de todos os concelhos da área sindical

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

19 de abril	17h00	Leiria – Sede da DDL	—	Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito de Leiria.

VISEU

Educação Pré-Escolar

Data	Hora	Local	Delegado	Universo de eleitores e elegíveis
11 de março	16h30	EB 23 Azeredo Perdigão – Abraveses	3	Viseu, Vila Nova de Paiva, Tondela, Sátão, Penalva do Castelo, Mangualde, Nelas, Castro Daire, S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, Stª Comba Dão, Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Mortágua
11 de março	16h30	Escola Sec. da Sé – Lamego	1	Cinfães, Resende, Moimenta da Beira, Lamego, Armamar, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Penedono, Sernancelhe

1º Ciclo do Ensino Básico

11 de março	16h30	EB 23 Azeredo Perdigão – Abraveses	4	Viseu, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Mangualde, Castro Daire, S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades
11 de março	16h30	Escola Secundária da Sé – Lamego	2	Lamego, Armamar, S. João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Penedono, Moimenta da Beira, Cinfães, Resende, Sernancelhe, Aguiar da Beira
12 de março	16h30	Centro Escolar de Mortágua	1	Stª Comba Dão, Carregal do Sal, Mortágua, Tondela, Nelas

2.º, 3.º CEB e Secundário

13 de março	16h30	Escola EB 2,3 Azeredo Perdigão Abraveses	6	Sec. Alves Martins, EB 2,3 Lageosa, EB 2,3 Grão Vasco, EB 1,2 de Marzovelos, EB 2,3 Infante D. Henrique, Sec. Emídio Navarro, EB 2,3 de Mundão, EB 2,3 do Viso, Sec. Viriato, EB 2,3 de Azeredo Perdigão, Sec. Vila Nova de Paiva, EB 2,3 de Vila Nova de Paiva, EB 2,3 de Silgueiros, EB 2,3 D. Duarte, EB 2,3 de Sátão, EB 2,3 Ana Castro Osório, EB 2,3 Gomes Eanes de Azurara, Sec de Mangualde, EBI de P. do Castelo, EB 2,3/S de P. do Castelo, Sec do Sátão, EB 2,3 de Ferreira de Aves, EB 2,3 de Aguiar da Beira, EB 2,3 de S.Pedro do Sul, Sec de S. Pedro do Sul, EBI de Stª Cruz da Trapa, EB 2 de Vouzela, Sec de Vouzela, EBI de Oliveira de Frades, EBI de Campia, EB 2,3/S de Oliveira de Frades, Sec de Castro Daire, EB 2,3 de Castro Daire, EBI de Mões
14 de março	16h30	Esc. Secundária de Nelas	1	Sec. de Tondela,EB 2,3 de Nelas, Sec. de Nelas, EB 2,3 de C. de Senhorim, EB 2,3 de Tondela, Sec Molelos, EB 2,3 de Stª Comba Dão, Sec Stª Comba Dão, EB 2,3 de Carregal do Sal, Sec de Carregal do Sal, EB 2,3 de Mortágua, Sec de Mortágua, EBI de Cabanas de Viriato , EB 2,3 do Caramulo, EB 2,3 de Campo de Besteiros

2.º, 3.º CEB e Secundário

11 de março	16h30	Escola Secundária da Sé – Lamego	3	EB 2,3 de Lamego, Sec. Latino Coelho, Sec. da Sé, EB 2 de Resende, Sec da Resende, EB 2,3 de Armamar, EB 2,3/S de Tabuaço, Sec de Moimenta da Beira, EB 2 de Moimenta da Beira, EB 2,3 de Penedono, EB 2,3 de Sernancelhe, EB 2,3/S de Tarouca, EB 2,3/S de S. João da Pesqueira, EB 2,3 de Cinfães, Esc Sec de Cinfães, EB 2,3 de Souselo

Docentes Desempregados

8 de abril	16h30	Sede Distrital do SPRC – Viseu	1	todos concelhos do distrito de Viseu e A. da Beira

Educação Especial

8 de abril	16h30	Sede Distrital do SPRC – Viseu	1	todos concelhos do distrito de Viseu e A. da Beira

Docentes Aposentados – Viseu

8 de abril	16h30	Sede Distrital do SPRC – Viseu	1	todos concelhos do distrito de Viseu e A. da Beira

Eleição de Delegados nos termos previstos no Ponto 8 (A) do Regulamento Regional do SPRC

11 de abril	16h30	Sede Distrital do SPRC – Viseu	1*	Todos os associados da área sindical do SPRC ou colocados fora da área sindical do SPRC, com residência no distrito de Viseu. Fora da região centro.

* Delegado a eleger de entre docentes que se encontram em exercício de funções fora da região centro. Serão também eleitos os delegados que não tenha sido possível eleger noutras reuniões e cujo número só se conhecerá nesta data.

CENTRO DE FORMAÇÃO DO SPRC

Plano de Formação Contínua 2013

O SPRC no contexto da comemoração do seu 30º aniversário, em 2012, promoveu Acções de Formação creditadas para os seus associados.

As políticas educativas do anterior governo do PS e do actual governo do PSD/CDS, têm aniquilado o acesso à formação contínua dos professores e educadores por via, entre outras, do não financiamento da formação contínua. Assim, os professores e educadores deixaram de ter acesso a formação continua diversificada, um direito e um dever consagrados no ECD, tendo-se assistido, neste últimos anos, não só ao afunilamento dos conteúdos da formação contínua como, por via da ausência de financiamento, à "comercialização" da oferta formativa custeada pelos docentes.

O SPRC e a FENPROF sempre se insurgiram contra este processo de esvaziamento das responsabilidades do MEC/ Governo na promoção da formação de professores.

Ao termos promovido em 2012 um Plano de Formação Contínua gratuita e, por ser assim, exclusiva aos sócios do SPRC/FENPROF, proporcionámos a muitos professores e educadores o acesso a acções de formação, tendo o número de inscritos superado as expectativas e ultrapassado a capacidade de resposta.

Em 2013 o SPRC irá assumir com os seus associados um novo Plano de Formação Contínua a realizar nos Distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu. Em breve o mesmo será divulgado no site do SPRC e enviado para os sócios, dando-se assim início ao período de inscrições. ■